

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU GESTÃO EM ARQUIVOS**

**ESTUDO DE CASO: ACERVO DOCUMENTAL DO
MUSEU FERROVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CRUZ
ALTA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

JULIANA DE FÁTIMA ABREU DE OLIVEIRA PEREIRA

**Santa Maria -RS, BRASIL
2013**

ESTUDO DE CASO: ACERVO DOCUMENTAL DO MUSEU FERROVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA

JULIANA DE FATIMA ABREU DE OLIVEIRA PEREIRA

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato sensu*
Gestão em Arquivos, na modalidade de Educação a Distância da
Universidade Federal de Santa Maria e Universidade Aberta do Brasil,
como requisito parcial para obtenção de grau de **Especialista em
Gestão em Arquivos**

Orientador: Dr. Carlos Blaya Perez

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria Universidade Aberta do Brasil
Centro de Ciências Sociais e Humanas Curso de Pós-Graduação –
Lato Sensu em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ESTUDO DE CASO: ACERVO DOCUMENTAL DO
MUSEU FERROVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CRUZ
ALTA**

**Elaborada por
Juliana de Fátima Abreu de Oliveira Pereira**

Como requisito parcial para obtenção de grau de
Especialista em Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carlos Blaya Perez, Dr.
(Presidente/Orientador)

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Ms. (UFSM)

Sonia Elisabete Constante, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 08 de janeiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Não há uma forma justa de agradecer a todos que partilham nossas vidas e às vezes em sutis momentos tanto nos auxiliam. Portanto, vou falar de algumas pessoas que me são muito gratas.

À minha família, que compreendendo ou não está sempre lá. Minha mãe Alda Abreu, minha irmã Mônica Abreu, meu cunhado Emanuel Vogel.

Ao Srº Valdir Mello Lemos por tudo. À minha sogra Claudia Pereira, meus sobrinhos amados Jennifer e Murilo Bueno Falconi.

A minha colega e amiga de trabalho Emilia Nascimento por todas as horas, que não seria possível expressar assim de maneira tão superficial.

Aos meus amigos, sempre tão perto de mim seja em lembranças fotografias, através da tecnologia, nos encontros marcados, nesses momentos somos quem sempre fomos: crianças.

Ao meu professor orientador Drº Carlos Blaya Perez pela compreensão em momentos de turbulência, sei que não menos esperado de um mestre, mas nem por isso menos valorizado.

A minha médica Drª Rosita Diamantopoulos, não só pelo atendimento clínico em minhas sazonais crises de *cluster headache*, mas pelo atendimento humano e as palavras que me incentivaram a escrever a monografia mesmo com dor, obrigada.

Ao meu marido Jeferson, obrigada. Não imagino um relacionamento mais cheio de perguntas sobre o futuro, de boas recordações do passado, de momentos engraçados e reais, e por isso tão nosso.

Mesmo não estando mais sobre este solo, nunca deixaram de estar em meus pensamentos e seus ensinamentos seguirão até o findar de minha existência. Obrigada por tudo Orides Santos de Oliveira- pai (*in memoriam*), Laurentina Santos de Abreu- avó materna (*in memoriam*).

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós Graduação – *Lato Senso* – Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Aberta do Brasil

ESTUDO DE CASO: ACERVO DOCUMENTAL DO MUSEU FERROVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CUZ ALTA

Autora: Juliana de Fátima Abreu de Oliveira Pereira
Orientador: Carlos Blaya Perez

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 8 de janeiro de 2013.

Dada a importância da memória ferroviária para a construção da identidade nacional e evolução das cidades sede de grandes estações. O escopo desta monografia é mostrar o estudo desenvolvido Museu Ferroviário de Cruz Alta, em seu acervo documental, visando diagnosticar as condições de guarda e as formas de acesso utilizadas pelo público usual, além da existência de uma política para atrair novos usuários. Através dos apontamentos finais este texto propõe-se servir de diagnóstico, visando incentivar a Entidade Mantenedora do Museu a buscar/priorizar políticas públicas e a gestão da informação arquivística instituída neste universo do Museu. Destacando a importância das Instituições Arquivísticas como fonte de pesquisa e de preservação do patrimônio documental na esfera da administração pública municipal.

Palavras- Chave: memória ferroviária, acervos documentais, Museu Ferroviário Municipal

ABSTRACT

Monograph
Graduation Course – *Latu sensu* – Records Management
Universidade Federal de Santa Maria
Brazilian Open University

CASE STUDY: DOCUMENTARY COLLECTION OF RAILWAY MUSEUM OF THE CITY OF HIGH CUZ

Author: Juliana de Fatima Abreu de Oliveira Pereira
Adviser: Carlos Blaya Perez
Defense Place and Date: Santa Maria, 08 January 2013.

Given the importance of memory for the railway construction of national identity and evolution of the host cities of major stations. The scope of this monograph is to show the study developed Railway Museum High Cross, in his collection of documents in order to diagnose the conditions of custody and access forms used by the public usual, besides the existence of a policy to attract new users. Through the final notes this text is proposed to serve as a diagnostic entity in order to encourage the museum to seek Maintainer / prioritize public policies and management of archival information set in this universe Museum. Highlighting the importance of archival institutions as a source of research and preservation of documentary heritage in the field of municipal government.

Keywords: Memory Train, documentary collections, Municipal Railway Museum

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia do Prédio da antiga Estação Férrea de Cruz Alta.....	29
Figura 2 – Cartão Postal de 1920 da Estação Férrea de Cruz Alta.....	29
Figura 3 – Sistema de Rotunda presente no Pátio da Estação hoje sob concessão da ALL.....	29
Figura 4 – Quadro Elétrico desativado na Cabine da Estação de Cruz Alta.....	29
Figura 5 – Prédio que abrigava a Cabine Elétrica na Estação de Cruz Alta.....	29
Figura 6 – Acervo Documental da RFFSA da Região Sul do Brasil – Sede Cruz Alta.....	34
Figura 7 – Blog www.museuscruzalta.blogspot.com	37
Figura 8 – Mostra da Relação dos Ferroviários Inventariados.....	37
Figura 9 – Blog www.diariodehistoriador.blogspot.com	39
Figura 10 – Presença de fezes de roedores (ratos) no MFCA.....	41
Figura 11 – Exemplo de Escurecimento do Papel.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
OBJETIVO.....	09
Objetivo Geral.....	09
ObjetivosEspecíficos.....	09
METODOLOGIA.....	09
JUSTIFICATIVA.....	10
1 NO RIO GRANDE DO SUL HÁ UMA CRUZ ALTA ERIGIDA.....	12
1.1 Museu, Arquivo ou Acervo?.....	14
1.2 O Legado de um Município e a Função Pública.....	15
1.2.1 Porque nem todos os Séculos Foram de Luzes: Os Arquivos Públicos Municipais no Século XXI.....	18
1.3 Pontos e Contrapontos: Arquivos e a Legislação.....	20
1.3.1 Adentrando o espaço Arquivo: o que é Arquivística.....	21
2. OS TRAÇADOS DE FERRO E O FUTURO DO BRASIL.....	25
2.1 O Rio Grande do Sul e a Malha Ferroviária.....	26
2.2 Cruz Alta e a Linha Tronco Norte.....	28
2.3 Da Desestatização a Total Privatização.....	30
2.4 O Legado da RFFSA: O Caso do Acervo Documental Ferroviário de Cruz Alta.....	31
2.5 Os guichês de atendimento: O documento é o produto.....	39
2.6 O Acervo: Ameaças Naturais.....	40
3. PROSPECTANDO A ARQUIVÍSTICA.....	45
3.1 Avaliações e Classificação.....	50
3.2 Documentação e a Difusão da Informação.....	54
3.3 Os Arquivos no Universo Digital	59
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS	69

INTRODUÇÃO

Está registrado que desde as primeiras manifestações de comunicação escrita ou impressa em materiais diversos, já havia um certo interesse em que essas informações fossem preservadas por algum tempo por parte de quem o confeccionara.

Com o avanço dos anos e o passar dos séculos, estamos hoje munidos de técnicas que podem perpetuar ou disponibilizar á muitas gerações o acesso a tais informações.

Mas ainda assim, muitas gerações de administradores consideraram os arquivos como depósitos de papéis velhos, de interesse apenas para eruditos e pesquisadores profissionais, descartando os demais usuários. A própria administração pública muitas vezes ainda assim os negligenciam deixando a mercê do próprio tempo sem tratamento e cuidados especializados.

No entanto, a complexidade das ações governamentais, a crescente produção de documentos nos mais variados suportes e o avanço das tecnologias de informação apontam para a necessidade de políticas públicas em âmbito municipal, voltadas para a gestão de documentos, que assegura racionalidade, eficiência e transparência administrativa¹.

O plano de pesquisa elaborado para realização desta monografia tencionava registrar as condições de guarda do Acervo Documental dos Ferroviários da Extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e relatar o tratamento arquivístico proporcionado enquanto estive trabalhando no espaço.

O plano de trabalho inicial baseou-se na leitura e pesquisa do material levantado com a intenção de buscar o recorte adequado para o tema. Nesse momento já se tinha em mente a intenção de centrar as análises no recorte do Acervo Ferroviário, sua relação com a cidade.

Uma das tarefas fundamentais neste trabalho é delimitar o objetivo, e no caso do Museu Ferroviário de Cruz Alta (MFCA), foi o de analisar o Acervo Documental;

¹ Fonte: “Os arquivos públicos e privados: estratégias para a institucionalização de arquivos municipais”, de Deise Aparecida Oliveira, disponível no site: www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual, acesso em 18 out. 2011.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- ❖ Investigar as condições de guarda e acesso da documentação do Museu Ferroviário do Município de Cruz Alta, a fim de propiciar a organização e divulgação aos usuários.

Objetivos Específicos:

- Reconhecer as práticas adotadas na guarda e conservação da documentação presente no Museu Ferroviário do Município de Cruz Alta.
- Identificar as práticas de atendimento dos usuários do acervo e a política de divulgação do espaço.
- Pontuar as ações realizadas para promover a divulgação do acervo e do espaço no mundo virtual através da internet, garantindo o acesso a informação a uma gama maior de usuários e atraindo novos.
- Analisar as possíveis barreiras de comunicação e divulgação do Acervo entre Museu e o público e como a rede mundial de computadores poderá auxiliar nesta questão.

METODOLOGIA

Do ponto de vista da abordagem do problema, esta pesquisa pressupôs o uso, baseando-nos em Armando Silva (1999), de dispositivo metodológico misto, devido à própria natureza do conhecimento arquivístico² a avaliação qualitativa e quantitativa (quando se fez necessário) da informação reunida. Foi na coleta de dados que se deu o início da pesquisa propriamente dita, com a busca exaustiva por informações que pudessem colaborar para o entendimento e a reflexão do objeto. Para tanto, adotamos a referência de Carvalho (2000) quanto aos recursos metodológicos de coleta de informações, a saber:

² 4 Segundo o autor, a dualidade do conhecimento arquivístico se dá pela singularidade do arquivo [sistema (semi-) fechado] e da universalidade do processo informacional (gênese e evolução) inerente à realidade arquivística.

- a) Pesquisa e análise bibliográfica e documental;
- b) Estudo de caso.

O primeiro desses deu-se por meio de identificação, localização e compilação de dados provindos de livros, artigos, manuais, dentre outros, necessários a qualquer trabalho de pesquisa.

Por sua vez, o estudo de caso é a categoria de pesquisa cujo objeto refere-se à análise profunda de uma unidade de referência, podendo esta ser pessoa, instituição (modelo aqui adotado), dentre outros (TRIVIÑOS, 1987). Por sua vez, Gil (1991) o define como estudo exaustivo de um ou poucos objetos (estudo de caso múltiplo nesta pesquisa) de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento, gerando uma rede de relações possíveis que possa subsidiar o entendimento global - porém fundamentado - acerca de uma realidade ou tema específico.

No primeiro momento, disponibilizamos as informações colhidas na Instituição supracitada, buscando descrever da maneira mais fidedigna possível o resultado dos registros fotográficos, consultas ao material, tempo de estada *in loco*, contato com os usuários, contatos realizados com usuários via internet, inserção de dados via *web*, tendo por objetivo, estabelecer entendimento totalizante quanto às práticas de gestão e guarda documental assumida pelos gestores responsáveis por essa organização.

Propusemos, então, análise que pudesse evidenciar pontos significativos quanto às dificuldades vivenciadas e soluções propostas por aquelas, de maneira a nortear um pensamento crítico acerca da realidade regional sobre o tema abordado por este trabalho deixando este relato como subsidio para futuros planos de trabalho.

JUSTIFICATIVA

O estudo clássico sobre ferrovias está associado àqueles relativos à expansão territorial. Contudo, nas últimas duas décadas, uma produção acadêmica aprofundou o estudo das relações sociais trabalhistas e ocupações territoriais de todas as grandes malhas ferroviárias, abrindo novas frentes de estudos ou explorando aspectos daqueles estudos clássicos.

Se por um lado, novos estudos têm matizado o peso do fator econômico, seja em relação às diferentes empresas férreas ou às condições sociais particulares ao local de seu funcionamento. Por outro, trabalhos instigantes produzidos sob outras perspectivas tocam aquela relação: focados na história da ciência e técnica; dentro de uma perspectiva sociocultural; pela análise arquitetônica ou na formação de núcleos urbanos tão presentes no interior dos estados, como no caso de muitos dos municípios do RS, a se citar em especial o caso do Museu Ferroviário de Cruz Alta.

Esses espaços abrigam comumente vários tipos de acervos, os mais comuns: tridimensionais, mas no caso do MFCA, o maior acervo é o documental, um relato da memória trabalhista ferroviária do Brasil, contida no Arquivo do Museu.

Nesse sentido é primordial revisitar este espaço com um olhar mais aguçado voltado à arquivística, uma vez que lá está guardada a fonte da pesquisa, conhecer a relação dos usuários com o acervo e com o museu, o marketing utilizado para atrair novos usuários ao espaço, pois assim conheceremos a visão da Instituição frente à divulgação de seu acervo.

Em decorrência do uso da Internet, o campo da Arquivologia passa a contar com a Web, um espaço virtual que pode ser utilizado para facilitar o acesso à informação arquivística. Como esse assunto ainda é, relativamente recente no campo da Arquivologia no Brasil.

Que avanço seria dado em direção à preservação e salvaguarda de uma memória documental que percorreu períodos históricos marcantes de nosso país, e mais através de cada acervo pessoal, traz-nos um depoimento de memória individual que participou de um coletivo que mudou o rumo de nossa sociedade, política, econômica e tática tal como a concebemos hoje e que se desenvolveu ao longo da estrada de ferro com o soar do apito do trem.

1 NO RIO GRANDE DO SUL HÁ UMA CRUZ ALTA ERIGIDA.

Cruz Alta foi fundada por uma petição popular no ano de 1821 e está localizada na região noroeste do Estado do RS, sendo reconhecida como uma cidade histórica no Estado acaba de completar 191 anos, e foi palco de muitas batalhas, sejam elas físicas políticas ou de segregação popular.

Sua memória está atrelada a vários personagens como escritores, governadores, senadores, médicos, brigadeiros e outros tantos. Mas há muito mais que se ouvir e verificar na história do município por entre Josés e Marias, ha de se dar *ouvidos* aos relatos dos documentos a fim de buscar a história da cidade muitas vezes omitida mesmo que não intencionalmente, o historiador terá uma vasta gama de material. Pois como nos diz Pollak,

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas disputas política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (Michael Pollak, 5)

Uma terra abastada em limites que fora desmembrando território e formando cidades e estas outras, até hoje somarem 219 municípios desmembrados do território mãe: Cruz Alta, riqueza de informação guardam e nos aguardam nesses Arquivos.

As famílias que formaram a vila, e posteriormente o município eram em sua maioria estancieiros, militares e políticos e as pessoas que não faziam parte desse círculo social, obviamente trabalhavam para eles. Nos registros oficiais, a história contada nunca referencia os índios, negros e os pobres como atores dessa sociedade, somente em casos de punição severa terminando em morte.

A população nos idos de mil oitocentos e noventa era de sete mil pessoas em toda a Cruz Alta contando com a área rural, hoje no ano de dois mil e doze a

população chega a sessenta e dois mil, oitocentos e vinte e um habitantes³, e a economia gira em torno de poucos produtores que detêm a maioria do agronegócio, a indústria ainda é insipiente e o comércio é a principal atividade da cidade.

Cruz Alta ainda rememora seus antepassados e parte de sua arquitetura eclética elitista remanescente. A política e a economia são bem mais valorizadas que a cultura e a memória popular.

Assim, Habermas (1983) argumenta que o desenvolvimento de uma formação sócio- territorial não segue um caminho linear progressivo; sempre é possível que ocorram regressões nesse processo e no caminho para seu desenvolvimento.

Diante das situações de crise social surgem possibilidades de atitudes pensadas em prol do desenvolvimento da população da cidade, e é nessas situações críticas que o processo de aprendizagem, já realizado por uma formação sócio- territorial, torna-se decisivo na solução dos dilemas sociais que surgiram. Para Habermas:

“Um mecanismo endógeno de aprendizagem leva à acumulação de um potencial cognoscitivo que pode ser utilizado para a solução dos problemas sistêmicos geradores de crises.” (Habermas 1983: 128)“

“Os processos de aprendizagem, portanto, têm funções de precursor (abridor de caminhos) no âmbito da consciência prático-moral.” (Habermas 1983: 141).

Os projetos políticos que disputam a atenção popular em momentos pontuais e visam à construção do futuro só podem se realizar frente aos problemas e condições para resolvê-los, recebidos do passado analisado.

Sem o sentido de história, portanto, o futuro se apresenta como um conjunto de possibilidades aleatórias, desconexas, isoladas, desaparecendo as referências da e para as decisões da sociedade. Assim, as sociedades cujo processo de construção da memória e cidadania lhes propicie um sentido de história mais nítido, estão mais aptas a construir um futuro melhor para si mesmo, a história e a arquivística podem contribuir com tal função.

A dinâmica do desenvolvimento social, das diferentes formações sócio- territoriais, é também determinada, pelo processo de construção da memória social, pelo acesso a história documental formal e não formal que condiciona à

³ Dados extraídos do IBGE <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430610#>

aprendizagem social, especialmente no que diz respeito à construção, na consciência social, do sentido de história.

Na complexidade das cidades, as tradições, os hábitos, e as formas de vida se tornam singulares, isso a torna um lugar especial, um lar para seus habitantes, e se essa identificação é quebrada em algum ponto do processo, a cidade perde-se em referencia, e isso é o que de pior pode acontecer a um município, pois sem habitantes, pode haver população flutuante que nunca se identificará com a cidade e, portanto nunca se empenhará com seu crescimento.

Então porque Arquivos, Museus, Praças, Centros de Lazer, Cultura, antecede senão amenizam os gastos com saúde, porque a população que tem a sua cultura e a sua memória preservadas tem mais qualidade de vida, logo, depende menos dos sistemas de saúde, sejam eles públicos ou privados, estes estudos já foram realizados em alguns países da Europa.

1.1 Museu, Arquivo ou Acervo?

Localizado na Rua Pinheiro Machado, s/n, no prédio da antiga Estação Férrea de Cruz Alta, está o Centro de Convergências Culturais da cidade, que abriga várias entidades, duas secretarias, o Museu Histórico Municipal, o Arquivo Histórico Municipal e, ainda, o Museu Ferroviário do Município de Cruz Alta criado pelo Decreto Nº 367 de 10 de novembro de 2000 foco deste estudo (Ver Anexo 2).

Todos funcionam no prédio central da estação, uma construção datada originalmente de 1894, ano de sua inauguração, com três pavimentos, sendo o térreo apenas hall e porta de entrada com lance de escadas, seguindo para o primeiro piso onde hoje se encontra o Museu Histórico Municipal e finalmente no segundo piso o Arquivo Histórico Municipal e o Museu Ferroviário Municipal.

Todo esse espaço possuía apenas uma atendente voluntária em regime inicialmente sazonal, e posteriormente integral, mas com ressalvas devido a demanda no Museu Erico Verissimo seu local de origem.

A mantenedora do espaço é a Prefeitura Municipal de Cruz Alta, através da Secretaria Municipal de Cultura atualmente, este acordo foi feito entre as Secretarias de Turismo e Cultura, uma troca de contas municipais, passando os Museus e Arquivo (MMAH- MFCA) para a Secretaria de Cultura.

Desta forma, temos as três configurações em um só espaço, como a população vê este espaço? Os dados obtidos pelo levantamento de público anual e de pesquisas realizadas que foi possível obter está aquém da possibilidade do espaço devido há alguns fatores pontuais como:

- falta de recursos humanos fixo no local e principalmente especializado para atender e cuidar das diferentes tipologias de acervo;
- falta de divulgação do espaço;
- falta de mobiliário adequado;
- falta de espaço para realização das pesquisas (sala de pesquisas);
- climatização adequada;
- sistema contra incêndios;
- segurança para os funcionários e para o público;
- equipamentos de proteção individual para os funcionários (EPIs);
- material básico de expediente para realização do trabalho no espaço;
- Sistema de prevenção de sinistros;
- Acessibilidade:
- Falta de manutenção do acervo;
- Falta de manutenção predial;
- Segurança;

Mesmo sob todas essas circunstâncias, foi possível observar que há presença constante e demanda de usuários e público tanto para os Museus e para o Arquivo e sempre são públicos distintos, para um e para outro espaço.

1.2 O Legado de um Município e a Função Pública.

Municipal quer dizer, em primeiro lugar, que é “originário do poder público municipal”, isto é, refere-se aos órgãos que exercem, na base da organização estatal brasileira, os poderes executivo e legislativo. Nesta concepção, são municipais os documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Prefeitura e pela Câmara de Vereadores no desempenho de suas funções.

A esses conjuntos documentais é que o arquivo municipal⁴, como entidade administrativa responsável por sua custódia, tratamento e utilização, deverá, prioritariamente, ater-se.

É importante destacar que a organização e a administração das instituições arquivísticas públicas brasileiras obedece ao mesmo rigor e à mesma prerrogativa autonômica das esferas de ação governamental: há o Arquivo Nacional, os Arquivos Estaduais e os Arquivos Municipais, sem qualquer relação de subordinação entre eles, cada qual encarregado dos conjuntos de documentos acumulados por órgãos da administração direta ou indireta em sua esfera de jurisdição, respeitada a independência dos poderes.

Os arquivos públicos brasileiros vivenciam na base, ou seja, no âmbito dos arquivos municipais, uma situação peculiar quanto à área de jurisdição: não se limitam à guarda dos documentos produzidos pelos órgãos que exercem, em nível local.

Estendem por vezes sua proteção não só aos produtos do funcionamento de entidades que, embora atuem em seu território, pertencem ao Estado ou à União, como também aos documentos de natureza privada. A elasticidade desta área jurisdicional – nunca questionada, apesar de desprovida de fundamento legal – tem, na verdade, raízes históricas. Remonta aos primórdios de nossa vida independente, e merece aqui algumas considerações, sobretudo em função do consenso que hoje existe sobre tal prática.

A independência política brasileira, sob a égide do regime monárquico, fez-se acompanhar, no temor de uma sucessão, de esforço de estruturação unitária, com a criação de um aparato governamental condizente com a nação que se pretendia construir.

A solução foi à divisão do território em Províncias com autonomia limitada, sendo seus Presidentes nomeados diretamente pelo Imperador; as Câmaras Municipais, por sua vez, ficaram subordinadas às Províncias, em perfeita sintonia com o modelo centralizador do Império. A imagem a que este modelo foi associado, na época, principalmente pelos que o criticavam, era a de um imenso corpo cuja circulação não chegava às extremidades, um corpo sempre dormente, sempre necessitando de informações.

⁴**Arquivo municipal** - Instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta.

Com efeito, a falta de agentes administrativos que pudessem representar tanto a autoridade do poder central frente à do poder provincial, recorreram ambos – em praticamente todas as áreas que lhes eram afetas – a intermediação da menor entidade do governo, realizando através das Câmaras Municipais sua vocação de onipresença.

Os produtos documentais das atividades delegadas nunca saíram dos municípios, nem foram reclamados pelos Arquivos Estaduais ou pelo Arquivo Nacional, e essa materialidade hoje é nossa herança palpável.

Sendo que essa tradição administrativa corresponde até hoje, entre outras, as atividades de alistamento militar, de competência exclusiva da União, cujos arquivos permanecem junto às Prefeituras Municipais.

Há de se levar em conta, portanto, o sentido mais amplo que o termo “municipal” pode assumir. Com variável grau de autonomia política ao longo da história, o município foi sempre “a realidade governamental mais próxima do cidadão”, frase que tem sido repetida inúmeras vezes para caracterizar o poder local como supridor das necessidades imediatas da comunidade, como organismo capaz de planejar e executar os serviços básicos em sua área de jurisdição, e também por tamanha influência, capaz de relegar a população ao desleixo emocional e moral.

Pensando somente nesta esfera, aos olhos dos que dele se ocupam, o governo municipal é a única instância da estrutura estatal dotada de concretude e visibilidade, frente à qual as demais não passariam de abstrações. No município tudo se “municipaliza”, tornando muitas vezes invisíveis os contornos distintivos das instituições estaduais e federais que funcionam na mesma circunscrição territorial.

É o que explica determinados arquivos municipais brasileiros reivindicarem e obterem a guarda de documentos de outras entidades (da União ou do Estado-membro), a exemplo do que vem ocorrendo com a documentação do Poder Judiciário acumulada nas sedes das diferentes Comarcas.

E se a origem do poder é substituída pelo destino de sua ação como traço definidor de um acervo, muita coisa muda. Legitima-se a conveniência não só com documentos acumulados por órgãos situados em diferentes esferas da administração pública, mas também a de documentos de origem privada. A própria

noção de público⁵ acaba por se revestir de significado especial: menos identificada com a ideia de oficial ou estatal, confunde-se com o que pode e deve ser partilhado por todos; e eis que os documentos, independentemente de sua origem privados⁶ ou não, são de interesse municipal e, nessa medida, de interesse público, domínio e acesso público.

1.2.1 Porque nem todos os Séculos Foram de Luzes: Os Arquivos Públicos Municipais no Século XXI

Chegamos ao século XXI no Brasil, e muitos ainda não se deram conta da importância dos arquivos para a humanidade. Em nosso país são tratados de maneira relevantemente inferior nossos arquivos, se comparados a países da Europa e alguns países Ibero-americanos por exemplo.

É fato que essas instalações tem de ser tratadas como depositários da experiência acumulada pelo ser humano, resultante de sua caminhada na insaciável busca do conhecimento há muito tempo, e tratando com igual importância.

Os arquivos constituem nossa memória natural e de nossa história, seja como ser individual, ou como parte de uma coletividade, eles são, sobretudo, um recurso estratégico da administração, bem como a prova de direitos, obrigações e privilégios, controle de programas de trabalho e provas factuais dos nossos direitos (Paes, 1994).

Com o advento do fato que envolveu várias nações, a Segunda Guerra Mundial, houve um fenômeno que culminou com a organização da administração da massa documental. A produção acelerada e o acúmulo de documentos, que levou a histórica “explosão documental”, adiantam-se novas mudanças na Arquivística.

A produção de documentos cresce de forma vertiginosa, exigindo que se estabeleçam parâmetros para a sua administração e organização. Torna-se difícil lidar com todo esse volume documental produzido ou acumulado pela administração pública, exigindo a racionalização e o tratamento adequado dos documentos (LOPES, 1996).

⁵ **Arquivo público** - Conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos.

⁶ **Arquivo privado** - Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas.

“A partir do conceito de “*gestão de documentos*” que se estabelecem medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, manutenção, uso e avaliação de documentos, muda-se o foco dos arquivos voltados exclusivamente para servir à pesquisa histórica, iniciando o processo de aproximação com a administração.”

Os Arquivos Públicos não mais se limitam a recolher, preservar e dar acesso aos documentos produzidos e acumulados pelo Estado, mas inserem-se, na execução de políticas públicas relacionadas com a gestão dos mesmos.

No que se refere ao tratamento da documentação arquivística no Brasil encontramos, segundo Côrtes (1996, p. 43), momentos distintos nas diversas constituições brasileiras: começando com a criação do Arquivo Imperial em 1824, passando pelo descaso com relação aos arquivos ou pelas restrições em períodos de ditadura e pelas questões técnicas e metodológicas na década de 70, e não podemos esquecer-nos da criação do Arquivo Nacional em 1838, com sua sede no Rio de Janeiro.

Adentramos nas discussões sobre o acesso a documentos produzidos e acumulados pela administração pública na nova Constituição Federal de 1988, que assegura pelo inciso XIV, Art. 5, o acesso à informação com a preocupação de resguardar o sigilo da fonte, quando necessário, ao exercício profissional.

Da mesma forma, atribui a administração pública através do parágrafo 2, inc. V, Art. 216, a incumbência da gestão de documentos governamentais e as providências para franquear sua consulta os quantos e quem dela necessitam.

Dessa forma, um importante passo foi dado em direção à jurisprudência arquivística, o Brasil dá um passo e cria a Lei 8.519 de 1991, que estabelece a Política Nacional de Arquivos, assegurando às instituições arquivísticas, uma subordinação a um instrumento legal além da Constituição Federal que é ampla e de dúbia interpretação.

A referida Lei no seu artigo primeiro, declara que é dever do *poder público* não só a proteção dos documentos de arquivo, como a gestão documental e transfere para as mesmas a competência para administrar a documentação pública ou de caráter público, resultante da administração pública, destacando: *é dever do poder públicas a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação* (Brasil, 1991).

Em seu texto intitulado “Instituições Arquivísticas: estrutura e organização” Jardim (1986) revelou que é comum e frequente o desconhecimento sobre as funções dos arquivos públicos estaduais e distinções em relação a outras instituições voltadas para setores do patrimônio cultural como: bibliotecas e os museus.

As Instituições arquivísticas apresentam dificuldades em distinguir acervos arquivísticos de documentos bibliográficos, e em consequência, muitos arquivos assumem a guarda de acervos bibliográficos em detrimento do acervo arquivístico.

Há menos de uma década, o Conarq e o Banco Mundial, através da Fundação histórica Tavera da Espanha⁷, realizaram um estudo de levantamento de dados acerca dos Arquivos Municipais existentes, apesar do envolvimento não conseguiram mapear todo o país, o objetivo era identificar o número de arquivos municipais institucionalizados, com base nos dados fornecidos pelos Diretores de Arquivos Públicos Estaduais.

Em pesquisa recente realizada também através do Conarq, a resposta foi alarmante, apenas nove Arquivos institucionalizados foram registrados. Em seu *website*⁸ o Conarq disponibiliza as instruções e o formulário para o Cadastramento Nacional de Entidades Custiadoras de Acervos Arquivísticos.

Diante desse panorama, o formulário parece uma realidade inatingível ao funcionário do Arquivo, pensar em todas as condições ideais de trabalho, guarda e conservação, sendo que é quase regra geral não haver verba própria para o Arquivo.

1.3 Pontos e Contrapontos: Arquivos e a Legislação

No Brasil depois do advento da Constituição Federal de 1988 e as legislações subsequentes, o acesso à informação arquivística ficou mais fácil e legalmente amparado.

Mas a prática revela outra situação, o contraponto desfavorável em meio a alguns avanços. O que falar das dificuldades não legais encontradas nos Arquivos, das condições físicas da deterioração de certas instituições, as más condições de

⁷ “Os Municípios Brasileiros e os Arquivos Municipais” corresponde ao levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho constituído junto ao CONARQ, pela Portaria n.º 27, de abril de 1998.

⁸Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> , acessado em 13 de novembro de 2012.

guarda do acervo, ambientes inadequados e os ataques de insetos e roedores além de outras intempéries.

Há ainda a precária situação das instituições arquivísticas, que não têm autoridade necessária para estabelecer as rotinas e normas da gestão de documentos para os órgãos da administração pública em sua esfera correspondente.

A falta de espaço físico adequado para o recolhimento da documentação de valor permanente. E quando tocamos na questão de recursos humanos, que nunca é levado em conta de modo adequado, e ao preparo dos instrumentos de pesquisa necessários para garantir o pleno acesso aos documentos.

1.3.1 Adentrando o espaço Arquivo: o que é Arquivística.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia; “Arquivística: Arquivologia Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística.” (DBTA, p. 37).

O gerenciamento da informação arquivística pressupõe o controle do ciclo informacional em suas diversas etapas. Nessa premissa, é fundamental *a priori* a pesquisa que as possibilidades de acesso à informação governamental pelo administrador público e o cidadão que está diretamente relacionado com o conjunto de políticas públicas e práticas desenvolvidas pela administração pública no decorrer do ciclo informacional.

No retorno a democratização, duas décadas depois de ditadura militar, ampliaram-se os debates sobre o direito à informação governamental e o direito à privacidade. Estas análises não alcançaram, porém, as tentativas de formulação de políticas públicas, eficazes e de aplicabilidade imediata, de informação nos últimos doze anos.

No caso dos arquivos públicos, por exemplo, o principal projeto da área desde 1962, o Sistema Nacional de Arquivos, liderado pelo Arquivo Nacional, não chegou a ser viabilizado. Reiterado em 1978 e 1994, persiste calcado numa de suas características básicas: a de instrumento de controle e ordenação da informação pelo Estado e para o Estado, sem vínculos com o acesso à informação pelo cidadão.

Os documentos e a instituição arquivística tiveram suas origens há aproximadamente *quase cinco*⁹ milênios antes de Cristo (MORENO, 2004) ou na arqueologia, que estuda as funções, princípios e técnicas arquivísticas, tendo em vista a produção, preservação e acesso aos documentos arquivísticos.

Segundo Moreno (2004), é possível perceber que o século XIX foi marco imprescindível para a teoria e o estabelecimento dos princípios da disciplina, e que o objeto arquivístico está relacionado às concepções empírica, funcional e jurídico-administrativa dedutiva e historicista e mesmo arqueológica, e que as mudanças sociais e administrativas interferiram e interferem na evolução dos arquivos.

O Arquivo Nacional Brasileiro, através de um documento eletrônico disponibilizado em 2005 para consulta pública através de sua web site¹⁰, intitulado “Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística”, define arquivo em quatro concepções:

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes. 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3. Instalações onde funcionam arquivos (2). 4. Móvel destinado à guarda de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Olhando um pouco mais atentamente, Duranti (1994), nos fala sobre os documentos de arquivo, objeto fundante e sem o qual esse perderia o sentido da existência.

... Gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido (p. 2).

Duranti relaciona-se com as definições de Jenkinson, pois a característica de evidência, ou seja, de prova, é destacada. Os documentos estão intima e diretamente ligados às atividades que os resultaram e, por isso, eles são responsáveis por “capturar os fatos, suas causas e conseqüências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos” (DURANTI, 1994, p. 2).

⁹ Grifo da autora, segundo descobertas arqueológicas recentes.

¹⁰ Disponível em; <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>, acessado em 24 de novembro de 2012

Em suas linhas a autora não descarta o valor histórico, intrínseco ao documento arquivístico, *que de fato há*¹¹, mas o coloca como uma consequência ou como uma característica accidental. Igualmente, Duranti enfatiza que os documentos não são criados como prova, mas carregam, pela própria existência, essa característica de evidência da História. Para serem aceitos como prova os documentos, segundo a autora, precisam manter sua autenticidade e fidedignidade.

Mas aqui houve um mundo com limites mais amplos, quase inatingíveis, vislumbramos um cenário complexo, são os documentos produzidos em meio eletrônico. As concepções de “arquivo” e “documento” acima propostas, adequaram-se bem a uma cultura que aceita o papel como suporte primordial e capaz de, com auxílios de outros instrumentos legais, conferir autenticidade e fidedignidade aos documentos. Mas e quando esse suporte muda? E se mudando, com avanço tecnológico e o tempo cronológico, ele pode ficar obsoleto?

O (CONARQ), através de seu “Glossário de documentos digitais”, desenvolvido pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, define documento arquivístico digital como um “documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por sistema computacional”.

Os exemplos de documentos arquivísticos digitais são: “textos, imagens fixas, imagens em movimento, gravações sonoras, mensagens de correio eletrônico, páginas alocadas na web, bases de dados, dentre outras possibilidades de um vasto repertório de diversidade crescente” (CONARQ, 2004).

Mesmo sabendo que os elementos constitutivos não mudam, cabe aqui ressaltar que nem todo documento produzido em meio eletrônico é um documento arquivístico.

Os documentos são os portadores, os produtos e são eles que informam sobre as transações. Qualquer dado não constitui por si um documento, posto que nem todos os dados representam de forma completa a transação na qual estão envolvidos. De fato, a maior parte da informação gerada pelos sistemas de informação e administrada por meio deles, não constitui um documento e carece dos atributos de validade e eficácia. Os documentos só serão válidos e eficazes se se recolhe, conserva e utiliza aquela informação sobre seu conteúdo, estrutura e contexto que resulta imprescindível para garantir um tratamento arquivístico integral adequado aos mesmos (BEARMAN, 1996, p. 4).

Como já apresentado em citações (JENKINSON, 1965; DURANTI, 1994; SCHELLENBERG, 2002; ARQUIVO NACIONAL, 2005), o documento arquivístico é

¹¹ Grifo da autora

aquele gerado, utilizado, acessado e armazenado no decorrer das atividades de qualquer organização pública ou privada no curso da realização de suas atividades ou funções e ainda os arquivos pessoais.

Neste caso, cabe ao documento eletrônico cumprir essa prerrogativa. A teoria arquivística apresenta características dos documentos arquivísticos que abrangem tanto os documentos ditos convencionais quanto os eletrônicos, ou gerados em meio eletrônico.

Independente do suporte, e do meio alocado, a informação tem a ver com a produção humana. O meio social induz a demanda da produção documental, acelerada ou não, vai depender das relações orgânicas entre as sociedades e seus níveis administrativos.

2. OS TRAÇADOS DE FERRO E O FUTURO DO BRASIL

No Brasil, a temática das ferrovias voltou a ocupar as atenções, multiplicando-se as reportagens e as atenções da mídia em geral sobre a desarticulação dessa modalidade de transporte.

A liquidação da Sociedade Mista Rede Ferroviária Federal S.A. (criada em 1957), o trágico abandono do seu patrimônio ainda geram especulações acerca do futuro desse sistema de transporte.

Surgida na Europa, no auge da Revolução Industrial, a Ferrovia, chegou ao Brasil num contexto completamente distinto, gerando um processo de implantação das novas linhas férreas com algumas particularidades. Devido à tardia instalação de indústrias no país e de tecnologia ferroviária, a participação de companhias estrangeiras na construção das linhas férreas brasileiras foi dominante.

Os empreendedores e os governos viram na ferrovia uma expectativa de enriquecimento comercial, e, com a euforia dos primeiros tempos, mau planejamento, prevalência de interesses políticos, ausência de estudos de viabilidade, diversas linhas e ramais ferroviários não obtiveram resultados positivos, e atuaram sempre deficitárias (ZORZO, p. 73, 2001).

Foi o então Barão de Mauá¹² que iniciou o processo de implantação das linhas férreas no Brasil, e o Governo Imperial consubstanciou na Lei n.º 101, de 31 de outubro de 1835¹³, e direcionou a impulsão da obra de penetração em 1854, rumo a serra do mar. Até a década de 1870, os investimentos em linhas férreas foram pequenos, sendo construídos apenas 735 km.

A partir dessa década até 1890, o crescimento da rede ferroviária brasileira atingiu um patamar alto, mantendo-se até meados de 1930, esse crescimento não foi muito significativo nas décadas seguintes, mas na década de 60 seu crescimento estagnou.

¹² Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889) nasceu em Arroio Grande no Rio Grande do Sul em 28 de dezembro de 1813. Industrial e político brasileiro. Pioneiro da industrialização no Brasil. Foi um símbolo dos capitalistas empreendedores brasileiros do século XIX. Foi responsável por grandes obras como um Estaleiro, a Companhia Fluminense de Transporte e a primeira estrada de ferro ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis. Investiu como sócio nas ferrovias de Recife e de Salvador que chegavam até o Rio São Francisco, entre vários outros empreendimentos.

¹³ No Brasil a Estrada de Ferro, era um sonho antigo, ainda dos tempos da Regência. Em 31 de outubro de 1835, foi dado o primeiro passo, com a sanção do Decreto n.º 101, da Assembleia Legislativa, concedendo privilégios por 40 anos, a uma ou mais Companhias que se dispusessem a construir um caminho de ferro ligando o Rio de Janeiro às Províncias de São Paulo e Minas Gerais.

É importante destacar que até a chegada das ferrovias no Brasil, o transporte terrestre de mercadorias se processava no lombo dos burros em estradas carroçáveis. Em vista dessa realidade, a necessidade de um transporte rápido para as mercadorias e também de pessoas seria a alavanca econômica e progressista que o país precisava para sair do lombo das mulas.

2.1 O Rio Grande do Sul e a Malha Ferroviária

De uma visão global, as ferrovias eram complementares à navegação, principalmente fora da Europa e América do Norte: no aspecto econômico, visavam basicamente ligar zonas produtoras de bens primários ou matérias-primas a um porto do qual essas mercadorias eram enviadas para as zonas urbanas e industriais do mundo. Por sua vez estas remetiam seus produtos industriais para as regiões de produção primária. Esse era basicamente o caso das ferrovias no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, o primeiro ramal ferroviário foi inaugurado em 1874, e o primeiro estudo sistematizado data de 1872. Houve conflito de interesses entre as autoridades que não permitiram que esse primeiro projeto fosse executado, enquanto de um lado, uns valorizavam as questões econômicas, outros consideravam vitais ao Império as questões de colonização e controle das fronteiras, o território de Cruz Alta está muito ligado a este último.

Ainda assim, a primeira linha férrea gaúcha foi implantada no Vale dos Sinos, numa região de colonização alemã, sob concessão da empresa britânica Porto Alegre and New Hamburg (Brazilian) Railway Company Limited.

Desse momento em diante é correto afirmar que as atenções se voltaram para a questão de fronteiras e que foram três as principais linhas construídas no Rio Grande do Sul: a linha Tronco Central, que ligava Porto Alegre a Uruguaiana; a linha Tronco Sul, que nasceu do mesmo decreto lei Porto Alegre a Uruguaiana, ligando Rio Grande a Bagé; a linha Tronco Norte, ligando Santa Maria a Rio Uruguai.

Mesmo sem obter grandes lucros principalmente devido à baixa qualidade das linhas, alto custo de tarifas, baixa produtividade e densidade populacional do território servido pelas linhas e aos diversos conflitos que aconteceram no Rio Grande do Sul em finais do século XIX, as três principais linhas férreas gaúchas

começaram a atuar em tráfego mútuo no início do século XX, alternando o uso de locomotivas e vagões, e até mesmo dividindo as mesmas oficinas.

Em 1905, o Governo Federal assinou com o Governo do Estado um acordo visando à unificação ferroviária das linhas gaúchas. Através de uma concorrência pública, a companhia belga Compagnie Auxiliaire des Chemins du Fer au Bresil, já proprietária da linha Porto Alegre a Uruguaiana, tornou-se arrendatária da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. O contrato lhe dava o privilégio de exploração da rede pelo período de 53 anos, era o começo das sociedades mistas administrando as malhas ferroviárias aqui no sul do país.

Santa Maria passou a desempenhar seu papel mais fundamental nessa história ferroviária, pois a sede da nova rede fora instalada nesta cidade, que passou a ser o centro ferroviário do Estado. Na realidade, o papel ferroviário desempenhado por esse município, que já abrigava as oficinas da E. F. Porto Alegre a Uruguaiana e Santa Maria a Passo Fundo foi o que influenciou na sua escolha. Na época do arrendamento, a rede possuía 1.971 km de extensão, dos quais 1.328 km estavam em tráfego e o restante em fase de construção ou por construir.

A situação financeira da ferrovia gaúcha nunca foi animadora e, no início da década de 1910, a Auxiliaire entrou em crise, perdendo a maioria das ações para a empresa americana Brazil Raylway. Durante a Primeira Guerra Mundial, que bloqueou os contatos com a Europa, impedindo a aquisição de material para manutenção dos equipamentos e locomotivas, a situação da rede ferroviária gaúcha piorou ainda mais, o que incentivou o retorno das ações às mãos belgas em 1919. Porém, mesmo com essa situação a decadência financeira não permitiu a excelência nem mesmo a perfeita manutenção dos serviços.

O futuro da viação férrea já estava praticamente fadado à extinção no início de 1920. O Governo, liderado por Borges de Medeiros, estava disposto a assumir a direção da rede e possuía todos os trunfos para sugerir ao governo federal a encampação do patrimônio belga, fato que aconteceu em junho de 1920.

A Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil desistiu da concessão e entregou a Rede Ferroviária ao Governo Federal, e este a transferiu para o Governo Estadual, que, ao assumir a gerência da rede, constatou o estado deplorável em que se encontrava a maioria dos edifícios e estações ferroviárias.

2.2 Cruz Alta e a Linha Tronco Norte.

O contrato de concessão da estrada foi firmado em 1890 e, em seguida, os direitos foram transferidos para a Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien. Passados alguns meses após a autorização para funcionamento, os empresários transferiram parte de seus direitos e obrigações para a Companhia União Industrial das Estradas do Brasil.

Assim, a Sud-Ouest Brésilien ficou com a construção, uso e aproveitamento do trecho entre Santa Maria e Cruz Alta e a Industrial do Brasil ficou responsável pelo restante do trecho, entre Cruz Alta e Itararé.

Os projetos de Santa Maria a Cruz Alta foram apresentados e aprovados dentro do prazo, em 1891. Posteriormente, em 1893, a Companhia União Industrial renegociou a Cruz Alta a Itararé, que passou às mãos da E. F. São Paulo a Rio Grande. Em 1894, esta empresa repassou para a Sud-Ouest Brésilien o trecho compreendido entre Cruz Alta e Rio Uruguai, atual Marcelino Ramos, tornando a linha integralmente de domínio belga.

Em 1894, encerrou-se a construção do primeiro trecho, Santa Maria-Cruz Alta (Figuras 1 e 2), sendo aprovado o regulamento geral e tarifário. A estação ferroviária de Cruz Alta foi inaugurada oficialmente em 1894, e hoje é considerada hoje uma das mais importantes do estado, sua estrutura grandiosa não se dá só pela arquitetura do prédio, mas pela estrutura do pátio que possui uma rotunda (Figura 3) ainda em funcionamento, oficinas (desativadas), e por ter sido o único a possuir em seu pátio o sistema AMVs (chaves- Figura 4) elétricos no estado do Rio Grande do Sul.

Apesar de este sistema ter sido desativado há muito tempo, sua cabine ainda permanece no pátio (Figura 5). Mesmo depois de ter sido incendiada, vandalizada e saqueada, a cabine elétrica do pátio de Cruz Alta ainda mantém sua estrutura e nos dá uma ideia de como era no passado. Muitos homens fizeram parte do processo de construção desse patrimônio de maneira informal, e outros tantos prosseguiram com o trabalho formalizando seus ofícios através da ferrovia já ativada. O primeiro bairro da cidade originou-se no entorno da ferrovia.



Figura 1 Fotografia do prédio da antiga Estação Ferroviária de Cruz Alta- 2011 Fonte: autora

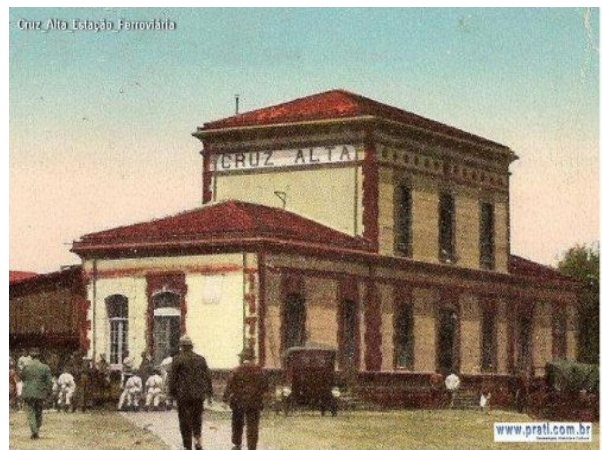


Figura 2 Cartão Postal Estação ferroviária de Cruz Alta 1920 Fonte: MMAH



Figura 3 Sistema de Rotunda da Estação Férrea de Cruz Alta sob concessão da ALL-2011 Fonte: autora



Figura 4 Quadro elétrico desativado cabine no pátio da Estação de Cruz Alta- 2011 Fonte: autora



Figura 5 Prédio que abrigava a antiga Cabine elétrica na Estação de Cruz Alta- 2011 Fonte: autora

Segundo o contexto, é notório que algumas cidades mais que outras passaram por modificações econômicas, sociais e urbanas importantes. Os núcleos mais antigos, como Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo, municípios relativamente

desenvolvidos quando da chegada dos trens, e que atuavam há algumas décadas com comércio de produtos agrícolas, gado e produtos de extração natural, viram suas capacidades de escoamento ampliadas através do transporte ferroviário.

Nessas cidades, além da estação, existiam depósitos de locomotivas, oficinas, caixas d'água e residência de funcionários, sendo possível notar a estreita relação entre os diferentes usos ferroviários, implantados próximos à estação.

2.3 Da Desestatização a Total Privatização.

A Rede Ferroviária Federal S.A – (RFFSA), empresa de economia mista integrante da Administração Indireta do Governo Federal, vinculada funcionalmente ao Ministério dos Transportes, foi criada mediante autorização da Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, com a finalidade de administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar e melhorar o tráfego das Estradas de Ferro da União a ela incorporadas.

Por quarenta anos, a RFFSA administrou o transporte ferroviário de passageiros e cargas no Brasil, operando uma malha que, em 1996, compreendia cerca de 22 mil quilômetros e atravessava o País, servindo as regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

No mesmo ano o governo federal iniciou o projeto de privatização das ferrovias brasileiras, leiloando as malhas Nordeste, Centro-Leste, Sudeste, Paulista, Oeste e Sul, que pertenciam à RFFSA.

Em 1992, a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, ensejando estudos, promovidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que recomendaram a transferência para o setor privado dos serviços de transporte ferroviário de carga. Por força do Decreto nº 3.277 de sete de Dezembro de 1999, deu-se início ao processo de extinção da RFFSA, sendo extinta oficialmente em 22 de janeiro de 2007.

A América Latina Logística (ALL) assumiu a concessão de uso da ferrovia em Cruz Alta em 03 de agosto de 2005, através de Portaria MP n 232¹⁴, e faz uso desta concessão até os dias atuais, sendo de responsabilidade da empresa zelar pelo patrimônio e promover ações de resguardo e salvaguarda do mesmo.

¹⁴ http://www.prrs.mpf.gov.br/home/bancodocs/pii/prm-cruz_alta/port%20icp%205_2012.pdf

2.4 O Legado da RFFSA: O Caso do Acervo Documental Ferroviário de Cruz Alta.

Com o processo do início da extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. não só os funcionários, maquinários e imóveis ficaram a mercê da dúvida e insegurança, mas um inestimável tesouro que relatara a vida e a história dos funcionários que por décadas fizeram os trens de ferro circular também estavam com seus dias incertos.

O Acervo conta com 2032 pastas contendo fichas e demais documentos anexos alocados em 913 pastas padrão de capa dura com logo da RFFSA, e o acervo está guardado atualmente no Museu Ferroviário do Município de Cruz Alta.

O processo de inventariança aconteceu *a priori* em todas as unidades do país, porém as sedes da inventariança geralmente eram nas capitais e nas maiores estações, e foi dada maior atenção aos bens móveis.

No caso de Cruz Alta, não há registro na sede e o que consta em um dos relatórios da inventariança¹⁵ é que a documentação seria recolhida ao Arquivo Nacional. Contudo, segundo documento recebido do Arquivo Nacional (Ver Anexo 1), nenhuma documentação ferroviária foi recolhida àquele órgão. O Museu Ferroviário do município de Cruz Alta (MFCA) é detentor de um relevante acervo documental de passivos da RFFSA.

Não há documentação oficial no MFCA registrando o recebimento da doação ou comodato da mesma pela Prefeitura de Cruz Alta, como também não havia maiores informações ou cuidados com o acervo. Algumas notícias de jornais mostram pesquisadores que utilizaram os documentos em suas monografias e teses.

Todas explorando o cotidiano ferroviário, através das relações de trabalho, que só foi possível através da documentação encontrada no Acervo do MFCA. Porém, duas questões eram pontuais e comuns a todos os interessados nesses documentos:

O acervo não apresentava nenhum índice ou qualquer forma de pesquisa que os auxiliasse, e, as condições físicas do ambiente e de acesso eram um dificultador no processo de pesquisa.

¹⁵ INVENTÁRIO: relação individualizada dos bens culturais de uma instituição, contendo itens registrados com suas respectivas descrições e condições de conservação, objetivando sua salvaguarda. É um espelho fiel da localização física de cada um deles.

Mas essa documentação ao ser alocado no MFCA passou a ser fonte de consulta a ferroviários inativos ou seus familiares em processos ou pesquisas, pesquisadores em geral, historiadores e genealogistas.

O valor atribuído a esta documentação, também chamado de secundário, refere-se à possibilidade de uso dos documentos para fins diferentes daqueles para os quais foram originariamente criados, quando passa a ser considerada fonte de pesquisa e informação para terceiros e para a própria administração.

O documento, após perder seu valor administrativo, pode ou não adquirir valor histórico, e uma vez tendo-o adquirido, este se torna definitivo.

Enquanto o documento apresentar valor administrativo (primário) deverá ser arquivado na instituição detentora deste, que o produziu ou recebeu, aplicando a teoria das três idades. De outra forma quando perde o valor administrativo, o documento pode ser eliminado, desde que não adquira valor secundário, ou seja recolhido a fase permanente.

Contrariando o decreto presidencial nº 4.073, estabelecendo que o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) deveriam estabelecer formas de avaliação de documentos e tabela de temporalidade para os documentos produzidos no âmbito da administração pública federal, não houve uma comissão de avaliação para o tratamento de documentação do Acervo Documental Ferroviário, ou seja, hoje encontra-se no acervo, apenas o discernimento dos funcionários que por lá passaram.

Este mesmo decreto impõe a criação de uma comissão de avaliação de documentos em todos os órgãos e entidades da administração federal. Veja o artigo 18 do referido Decreto:

Art. 18. Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.

A documentação do Acervo Ferroviário do MMAH de Cruz Alta já contempla todas as características de um acervo permanente, mas pela importância que essa documentação tem para as pessoas, a necessidade ou desejo que elas têm de possuir a informação contida neles, é isso que faz o acervo documental ferroviário ser parte importante da História das Ferrovias e o Retrato da Luta dos Trabalhadores

Ferrovários, além de ser um testemunho da situação sociopolítico-econômica do país.

Em agosto de 2011, devido a grande procura e pedidos de acesso a essa documentação mesmo através do Museu Erico Verissimo, e a ausência de funcionários no MFCA, houve a possibilidade de auxiliar os interessados nas suas pesquisas e propiciar as visitas ao MFCA.

No ano de 2012, no mês de março iniciou-se efetivamente o processo de higienização do acervo e logo após o inventário do acervo documental ferroviário, a base foi as referências literárias do assunto. Era o primeiro passo para facilitar a busca tanto por parte dos usuários, quanto por parte dos funcionários do Arquivo.

Durante o processo de inventário foi identificado o ataque de fungos, insetos e roedores, constatando-se as condições ambientais que propiciaram a perpetuação dessa situação. Como não havia recursos disponíveis, mesmo havendo sido solicitado à mantenedora do MFCA com prévia antecedência alguns processos ficaram deficitários em relação ao acervo documental, materiais imprescindíveis não puderam ser adquiridos nem de consumo, nem permanente.

Desde a instalação do MFCA no Prédio, nunca houve um tratamento de desinfecção do prédio ou do arquivo, e não há sistema de desumidificação, controle ambiental, higienização do acervo, ou seja, apenas são armazenados em estantes e nem todas são de metal. No caso do acervo ferroviário o mesmo é colocado em estantes de madeira não tratada (Figura 6).

A sala quase não possui ventilação, e devido à infestação de pombos e morcegos não é salubre permanecer no espaço por muito tempo. Esse e outros fatores influenciaram na criação de um sistema de busca mais ágil em que os funcionários pudessem auxiliar na localização dos documentos desejados e os usuários pudessem ter à disposição uma listagem dos mesmos.

Pois como afirma Herrera: A razão de ser do serviço de arquivo é a comunicação de seus documentos (HEREDIA HERRERA, 1987), pois de nada adianta possuir o acervo se não comunicá-lo a quem lhe é de direito.

O Acervo que hoje está a disposição dos usuários na sala do Acervo da RFFSA, são fichas funcionais, com anexos em suas pastas tais como: carteiras de passe livre de familiares dos ferroviários nos trens, processos administrativos, folhas de pagamento, apólices de seguro de vida, diários de bordo, processos trabalhistas, fichas de admissão e exoneração. Cada ferroviário contém em seu arquivo variada

documentação, mas a ficha padrão da RFSSA é a que leva maiores informações, tais como nascimento, local, numero de inscrição, data de admissão, demissão ou exoneração e em alguns casos falecimento, nome dos familiares, filiação, e mudanças de posto.



**Figura 6 Acervo Documental da RFFSA da Região Sula do país.
Sede Cruz Alta - 2012
Fonte : autora**

Nesse sentido os documentos são importantes porque não são produções alheias as relações presentes na sociedade. São criações que exprimem características próprias de um período porque está atrelada a uma necessidade real dos indivíduos ou instituições. Como o acervo possui muitos documentos anexos às fichas funcionais, processos, contracheques e outros, o inventário primou pelas seguintes informações.

Nº Pasta ou Arquivo	Nome	Nascimento Naturalidade	Admissão Cargo	Aposentadoria/ Falecimento Exoneração	Função
PASTA I Gaveta					
Nº	NOME	Nasc.	Admissão/ Demissão	Exoneração/ Falecimento	Função
1927	Pedro Gilberto Spanemberg	Nasc: 09/08/1950 Cidade: Ijuí	Adm: 22/05/1972 Agente Administrativo	Dispensado: 02/12/1996	Supervisor Auxiliar Administrativo
1928	Vera Lúcia Dill Mattos	Nasc: 27/01/1953 Cidade: Cruz Alta	Adm: 13/10/1983 Agente Administrativo	Desligada: 15/04/1997	Agente Administrativo
1929	Gilberto Vargas Araújo	Nasc: 16/05/1956 Cidade: Rio Grande	Adm: 04/08/1981	Desligado: 16/06/1997	Artífice de Via Permanente
1930	Jorge Andrade dos Santos	Nasc: 26/05/1952 Cidade: Uruguiana	Adm: 19/02/1974 Vigilante	Demitido: 26/04/1999	Maquinista
1931	Pedro dos Reis	Nasc: 06/05/1955 Cidade: Santa Maria	Adm: 26/02/1980 Auxiliar Maquinista	Desligado: 07/07/1997	Maquinista
1932	Jorge Renato Garcia Viana	Nasc: 16/01/1962 Cidade: Cruz Alta	Adm: 14/07/1983 Auxiliar Maquinista Esp.	Desligado: 26/04/1999	Maquinista
1933	Cláudio Dutra Kunz	Nasc: 1º/01/1966 Cidade: Cruz Alta	Adm: 22/06/1987 Auxiliar Maquinista	Desligado: 24/03/1997	Maquinista Auxiliar

O acervo totalizou 2032 fichas e documentos anexos em micro-pastas alocados em 913 pastas padrão cartonada com logo da RFFSA, o acervo mais recente permanece guardado em um arquivo de aço que pertencia ao escritório administrativo da Sede de Cruz Alta. Que foi inventariado da mesma forma, porém com numeração direta.

Na atualidade, possuímos três meios de registrar nossos documentos, que possuem vantagens e desvantagens acerca de sua utilização como meio de armazenamento. O papel é uma mídia bastante popular, de baixo custo e que proporciona maior conforto às leituras e modificações dos usuários, pode obter bom desempenho quando as consultas a seus acervos forem de baixa frequência.

A desvantagem do papel é que causa um excesso de volume nos arquivos, pois sua estocagem requer um bom espaço físico, e se não for bem armazenado pode ser facilmente extraviado, pode ser arquivado de maneira errônea e o gerenciamento de arquivos necessita de um grande número de pessoas envolvidas.

Já os microfimes, que são pequenas reproduções fotográficas em suporte fílmico de um documento existente em papel, possuem por natureza um espaço de armazenamento menor que o do original, mas em contrapartida são muito menos comuns que o papel, pois necessitam de equipamentos especiais para a sua leitura e geração, e que podem ser incompatíveis entre si.

O que deixa o custo dos microfimes bem mais alto que o do papel, mas seus documentos poderão ser reproduzidos com muito mais facilidade, e serão sempre autênticos, já que não é possível modificar os microfimes já gerados.

Os microfimes têm acesso e controle mais fáceis de serem realizados. O sistema de controle de microfimes já se encarrega de indexá-los. A microfilmagem está à frente do papel em maior velocidade de resposta a consultas a acervos. Mas conforme já citado a frequência de consultas é alta e quando o número de usuários dos arquivos é pequeno.

O terceiro são as mídias eletrônicas. Esta é a mídia que apresenta o menor tempo de resultados em consultas quando o programa é bem estruturado, e podem abranger um grande número de usuários. As mídias eletrônicas necessitam de uma estrutura de equipamentos especiais para manipular, armazenar e localizar as informações, que as deixam em bastante desvantagem em relação ao papel e à microfilmagem.

As mídias eletrônicas possuem um custo relativo e por vezes bastante alto, e por isso, é importante saber qual a melhor forma de conversão e adequação dos arquivos em suportes tradicionais. Às vezes é mais viável para a organização manter uma estrutura mista do que converter todos os seus documentos para a mídia eletrônica.

A intenção sempre foi divulgar o acervo a quem de interesse for, e para abranger um maior público, de acordo com este pensamento mesmo antes do processo de inventário ser concluído, foi criado um espaço virtual conjunto dos Museus Erico Verissimo e do MMAH, para comunicação e divulgação das atividades e para dar uma resposta ao público da sua participação/ visitação nesses espaços em forma de registro fotográfico.

O espaço virtual foi criado com hospedagem gratuita, e tem o formato de diário virtual conhecido como *Blogs*, neste endereço o usuário pode comunicar-se com o Museu e tomar conhecimento de suas ações e acessar a lista completa do inventário, e os interessados encontram as instruções de solicitação de arquivos, o endereço é www.museuscruzalta.blogspot.com.br (Figuras 8 e 9).

Para contemplar um público diferenciado e aumentar a possibilidade de acesso as informações acerca do acervo também foram disponibilizadas no endereço particular da pesquisadora que também é em formato de diário virtual www.diariodehistoriador.blogspot.com (Figura 9).

Os instrumentos de disseminação devem ser avaliados periodicamente, para verificação da sua eficácia para que não se tornem obsoletos. Na atitude de preservar a memória documental e para a construção da identidade cultural dos povos, unem-se tarefas árduas que não se fazem sem percalços.



Figura 7 Blog www.museuscruzalta.blogspot.com

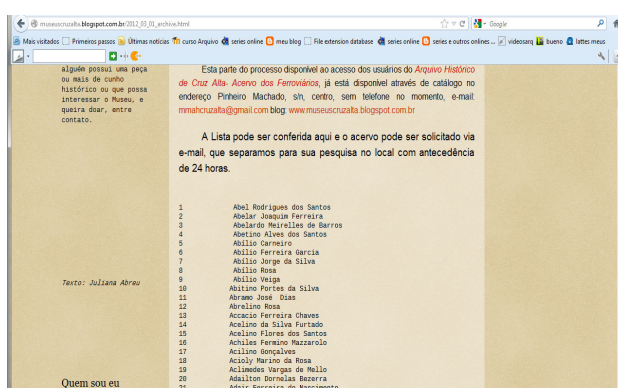


Figura 8 Mostra da relação dos ferroviários inventariados

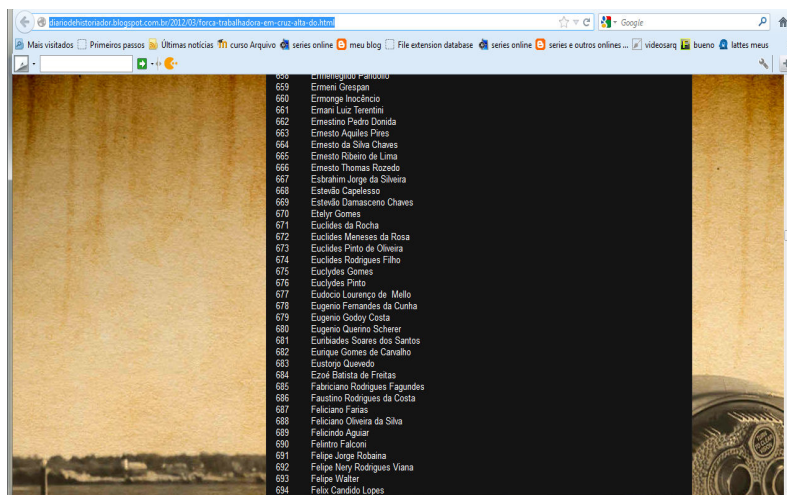


Figura 9 www.diariodehistoriador.blogspot.com.br

A importância dos documentos está diretamente ligada a sua influência. São vários os agentes que estão hoje na base dos processos patrimoniais e vários os dispositivos criados para conferir legitimidade a esses processos, tais como legislações, programas de incentivo, educação patrimonial.

No campo da preservação cultural é hoje consensual a percepção de que todos os bens culturais são constituídos simultaneamente por dimensões materiais e imateriais, internas e externas a ele. O seu reconhecimento e a sua salvaguarda são indissociáveis dos vínculos simbólicos e sociais historicamente tecidos pelas populações com esses bens.

Enquanto tal, toda ação dirigida à proteção do patrimônio – que seja não apenas responsável, mas também para ser bem sucedida – tem cada vez mais como pressuposto incontestável o recurso a estratégias de integração entre práticas de preservação material, documentação e uso qualificado dos bens protegidos com ações educativas específicas e políticas sociais, culturais, urbanas e ambientais mais amplas.

Em um contexto cultural e social o documento é dual, pois a sociedade ao mesmo tempo em que necessita deles para salvaguardar sua história, também valida e decreta a importância de tais documentos, tornando real o dualismo onde o valor é diretamente imposto pela sociedade, e do qual a sociedade também necessita.

O primeiro passo foi dado, o inventário está concluído, foram mais de 1.240 pastas, contando as pastas suspensa do arquivo original de ferro da RFFSA, 2.032 fichas (com documentos anexos), contendo a história de funcionários da antiga e extinta VFSA e RFFSA de todo o Estado do RS, muito mais teria a se contar se os

expurgados da Ditadura Militar, não tivessem suas fichas sumidas ou roubadas ou ainda queimadas e outros funcionários, quando do fechamento do escritório não tivessem levado suas fichas embora levando também esta memória social.

Na obra de Bosi (2003) fica explícita a ideia de que a memória é trabalho. Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar a partir de imagens e ideias do presente. Portanto, o ofício da memória não é lembrar, recompor o que houve e, sim, reconstruir, relembrar segundo uma recriação. Isto seria dizer que o vivido, o real, o acontecido, ao ser recriado pode transpor-se à dimensão da ficção e que nunca mais pode reexistir como tal. A lembrança é o caminho pelo qual a existência retorna como representação.

Enquanto eu recordo, o passado se enlaça com o atual e conserva a vivacidade variante do presente; o qual não significa uma presença, senão uma ausência na presença. Enquanto é representado, o passado se fixa e morre tanto na história como na memória subjetiva. Ademais, resulta frequentemente que o presente, ou seja, o atual se representa a partir do passado, por uma recordação. A situação presente nem sempre se descobre por si mesma; o que se dissimula no atual, ameaçador ou benéfico, se alcança rememorando o realizado. LEFEBVRE (1980, p. 55)

Uma dada lembrança foi possível por meio da formação preliminar de uma experiência presente. É pela experiência presente de narrar que a identidade do sujeito representa-se na memória. A ausência de valor que acompanhava a atividade do trabalhador no passado é colocada em evidência no momento que é pensada em retrospecto.

A fala sobre a trajetória do ferroviário dentro da empresa, desde a escolha da sua profissão até a aposentadoria, é finalizada com a simples definição de um funcionário que não quer ter seu nome revelado, então o chamaremos de J. S. F.: “eu fiz tudo isso aí, eu realizei, eu criei, criando a mim mesmo”.

2.5 Os guichês de atendimento: O documento é o produto

O pedido de acesso á documentação do acervo Ferroviário do Mmah depois do inventário também podia ser realizado por telefone, mas o Arquivo ficou sem telefone ha cerca de nove meses, então a consulta presencial e virtual acabaram sendo os únicos meios de divulgação e comunicação do acervo, desde sua inserção no blog, os pedidos de pesquisa aumentaram significativamente.

Segundo Blaya o processo de difusão de acervos arquivísticos,

[...] vem a ser a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo duma instituição assim como os serviços que esta coloca a disposição dos seus usuários. (BLAYA PEREZ, 2005, p.7).

Dependendo da característica do acervo documental, o arquivo atrairá, naturalmente, determinado tipo de público, mas se a comunidade percebe-se que alheia a sua existência, seguramente o arquivo terá um índice de frequentadores muito baixo ou quase inexistente.

Nesse sentido enfatiza-se que a difusão de um acervo poderá contribuir para despertar o interesse de um novo usuário, que até então, por desconhecimento, não sabia do potencial informativo (científico, histórico, pedagógico, social, cultural) da documentação em questão.

Para Bellotto (2006, p. 247) há uma questão de grande valor que são os tipos de difusão – difusão cultural, educativa, editorial. Para a autora,

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expandem seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber.

Claro que a divulgação do acervo através da internet deveria ter sido precedida da organização completa do acervo, não apenas do inventário, mas levando em conta a falta de recursos humanos especializados, a falta de material, e a necessidade de atender ao público não só do Arquivo como do Museu constantemente, o ato justificou-se.

A partir desta etapa o arquivo iria sendo organizado, e a digitalização seria uma etapa fundamental nesse processo, além da catalogação, higienização do acervo, troca do mobiliário e melhor acondicionamento do acervo. Mas até o presente momento o processo desenvolvido foi a pré-higienização, dedetização do espaço e extermínio dos roedores e o inventário disponível em meio virtual nos blogs¹⁶ e em meio físico para consulta na sede do Arquivo¹⁷.

2.6 O Acervo: Ameaças Naturais

A se julgar pelas condições do acervo, do clima, do prédio, dos suportes

¹⁶ www.museuscruzalta.blogspot.com e www.diariodehistoriador.blogspot.com

¹⁷ Rua Pinheiro Machado, s/nº, centro. Antiga Estação Férrea. Cruz Alta-RS

documentais, do mobiliário, das infestações de insetos, roedores, os agentes biológicos, e os escassos recursos humanos e a falta de recursos financeiros, há de se preceder um levantamento minucioso e o inventário de todo o acervo deve ser minimalista a fim de evitar possíveis falhas.

Diante desta situação, averiguar a possibilidade de melhoria nas instalações, buscando sempre por projetos, leis de incentivo junto ao município, estatais, e outras autarquias, que visem o melhoramento e a recuperação dos prédios e do arquivo, promovendo o resguardo da documentação, a prevenção de incidentes e sinistros, melhorando o acondicionamento das embalagens arquivísticas.

Uma das situações encontradas no acervo ferroviário em particular além das acima citadas foram à infestação de roedores na sala do acervo (Figura que pode ter dois facilitadores, o mobiliário de madeira, as minúsculas janelas estilo óculos que facilmente são quebradas devido à investida de pombos ou estilingues tentando acertar os pombos e também o próprio suporte do acervo.

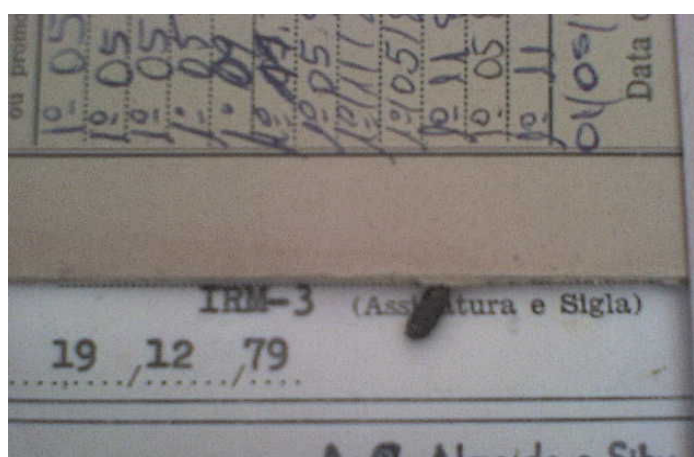


Figura 10 Presença de fezes de roedores (ratos) no MFCA
Fonte: autora

O controle ambiental e outros fatores são imprescindíveis para a sobrevivência da documentação. O objetivo maior deve ser sempre o de evitar o ataque biológico (insetos e fungos), pois uma vez instalados a solução e erradicação é quase impossível. O Brasil possui variações climáticas que propiciam a infestação de diversas espécies de insetos, há os xilófagos que além do acervo atacam também as estruturas do mobiliário e do próprio prédio.

O terreno ao redor da construção do prédio do Arquivo abriga a linha de transbordo sob concessão da América Latina Logística (ALL) que transporta entre

outros cereais, trigo e soja e os resíduos do transporte se espalham pelos trilhos ao lado do prédio, que atraindo os roedores.

Um procedimento viável e de baixo custo de manutenção seria a barreira química que protegeria além do prédio também o acervo. Foram eliminados quaisquer vestígios de plantas no interior da instalação, pois como não há um funcionário em tempo integral, além de proliferação de pragas as folhas mortas servem de alimento para outras pragas.

Como já mencionado nosso país possui uma variação climática constante, e nesse cenário os ataques biológicos são constantes devido à variação de temperatura e umidade relativa do ar. O Arquivo MMAH, não tem um MIP- Manejo Integrado de Pragas, como o ambiente não propicia a total erradicação das pragas esse manejo.

O mobiliário que abriga 80% do acervo documental dos ferroviários é de madeira, os 20 % restantes estão abrigados num arquivo de metal que já está sofrendo com a ação do tempo e nunca foi tratado contra a oxidação.

O mobiliário mais indicado para armazenar o acervo é de metal conforme, (Conselho Nacional de Arquivos, 2000) sugere mobiliário de chapas de aço carbono fosfatados, com pintura eletrostática, isento de remendos ou cantos pontiagudos.

Há ainda a opção das estantes deslizantes, que reduzem significativamente o espaço utilizado no ambiente propiciando uma maior armazenagem.

A madeira também está presente no piso, aberturas, forros e outros mobiliários, pois é facilmente encontrada e ainda é uma escolha recorrente por parte da arquitetura, pois é esteticamente atraente e fácil de trabalhar. É sabido que a madeira emite produtos tóxicos ácidos, sem falar nas tintas utilizadas na pintura da mesma.

Um ponto positivo na construção do 2º pavimento é que a parte hidráulica está aparente na sala como recomenda Trinkley (2001). Não há proteção contra sinistros elétricos, o único meio de prevenção são dois extintores de incêndio no andar um de pó químico e o outro de água, para o andar todo, no prédio não há saída de incêndio, o único acesso é a entrada, que também é a saída depois de três lances de escadas.

A iluminação, fator integrante do mesmo grupo, contribui igualmente, para a degradação do papel. Seus danos se manifestam através do descolamento, o

amarelecimento ou o escurecimento do papel (Figura 11) e pode ainda enfraquecer e enrijecer as fibras da celulose (OGDEN, 2001).

Comprou em 30-8-43 por falência da R. Espinosa sua a data da numeracao para 15-8-43, por ter sido a possuidor por 20 anos.

Nome **CONRADO DOS SANTOS TELLEIRA** Repartição Depósito de Cruz Alta.

Matrícula..... Registro..... Admitido em **18-11-28** no cargo de **Fornecedor de combustíveis.**

ALTERAÇÕES							
DATA	CATEGORIA	VERSIÕES	DATA DA ÚLTIMA PROMOÇÃO	DATA	DE	REMOÇÕES PARA	MOTIVO
1-2-46	Ronda	300,00	1-10-40				
1-5-46	"	350,00	1-4-43				
		500,00					
		362,00					

Compensação abono férias
serviço qual b. aumentado
insuficiência abono

IDENTIDADE		PESSOAS DEPENDENTES		
Data do nascimento	15 de Setembro 1896	NOMES	DATA DO NASCIMENTO	PARENTESCO
Naturalidade	Localidade 4 ^o Dist. Palmeira	Maria	5-5-1895	Esposa
	Estado Rio G. do Sul País Brasil	Adriana	20-10-23	Filha
É naturalizado?	N.º do título	Alfredo	15-2-26	Filho
Filiação	Pai Conrado dos Santos Telleira	Gerardo	19-2-28	"
	Mãe Feladina Acurial Telleira	Juliana	1-7-30	Filha
Estado civil	Casado Instrução Secundária			
S. Militar	É reservista Reg. Cont. 3 ^o Cat. B. B. B.			
	Doc. que possui			
	Unidade			
N.º da carteira de identidade da V. F.				
Sociedades de que faz parte	C. B. P. S. C. L. Acurial			
Cargos que ocupou anteriormente na V. F. ércia				

Figura 11 Exemplo de escurecimento do papel

Um cuidado especial deve ser dedicado à iluminação dos acervos já que seus efeitos são cumulativos e irreversíveis. A luz se divide em natural ou artificial, dependendo da fonte que provém. Para a iluminação artificial poderá utilizar-se de lâmpadas fluorescentes, incandescentes, lâmpadas de tungstênio halogênio, lâmpadas de descarga de alta intensidade (HID), mas até o momento, todas demonstram inconvenientes para uso em acervos, pois emitem raios Ultravioletas (UV), a utilizada na sala do acervo em questão é fluorescente.

Algumas com o fator de aquecimento do ambiente, outras com elevado índice de radiação ultravioleta, todas carecem de acessórios complementares para filtragem de seus efeitos nocivos.

Há as lâmpadas de Light Emitting Diode (LED). Os diodos são emissores de luz artificial, mas estudos mais detalhados sobre os compostos das diferentes camadas de semicondutores em estado sólido, que convertem a energia em estado monocromático ao oposto de uma lâmpada incandescente, emanando um espectro de luz contínuo. (MARTELETO, 2011, p. 10-11)

As radiações das lâmpadas LED podem variar de ultravioleta a infravermelha. A dopagem de cristal pode ser feita com gálio, alumínio, arsênio, zinco, fósforo, índio e nitrogênio. Para se chegar a luz branca há uma combinação de cores associadas ao chip e ao conversor onde uma anula a outra e a luz branca é gerada.

Apesar do descrito, a iluminação artificial é ainda menos danosa do que a luz do espectro solar. Conforme Trinkley (2001, p. 49) “uma hora de exposição à luz natural de céu claro... produz o mesmo dano que 32 horas de exposição a uma luz artificial”.

Os suportes informativos do acervo estão acondicionados nas pastas originais da extinta RFFSA, expostos diretamente à madeira sem tratamento da estante; OGDEN, (2001, p. 53) recomenda utilizar os invólucros alcalinos que apresentam-se em papel e são indicados para a maioria dos objetos de valor permanente.

O autor também informa sobre a existência de invólucros quimicamente ativos, que aumentam a expectativa de vida dos materiais, neles depositados, permitindo-lhes continuidade de manuseio. São confeccionados com componentes alcalinos e carvão ativado que capturam e neutralizam os poluentes contidos nos materiais armazenados.

O manuseio dos acervos bibliográficos ou documentais é realizado em geral, por pessoas que necessitem das informações neles contidas. No caso dos documentos, o manuseio tem início já no momento de sua produção e deste então os cuidados devem ser tomados.

3. PROSPECTANDO A ARQUIVÍSTICA

Os arquivos sendo tão antigos, pelo menos, como a escrita, parece igualmente óbvio que lhes seja inerente uma prática arquivística, a qual foi se tornando mais complexa à medida que as sociedades evoluíram e as necessidades dos agentes produtores e dos utilizadores da informação arquivística assim o exigiram.

Contudo, a Arquivística que todos conhecemos como disciplina remonta apenas a duas centenas de anos atrás, ou seja, a uma época que tem como marco inicial o acontecimento que a vários níveis, alterou significativamente o mundo contemporâneo a Revolução Francesa.

Como consequência desse evento que afetou o mundo foram criados novos serviços de Arquivo fortemente vinculados a História Positivista vinculada à Diplomática. Só com a prática da teoria de que os documentos se devem organizar de acordo com a estrutura da instituição de onde provém, a Arquivística conseguiu ter automação e tornar-se independente. Este princípio da proveniência é considerado a base desta Ciência Arquivística.

Foi a partir de 1841, quando Natalis de Wally introduziu as normas para a organização dos fundos reunidos nos Arquivos Nacionais Franceses, que data o nascimento da Arquivística desde a Revolução Francesa.

Mas, podemos citar o grande marco na evolução da Arquivística como sendo a data o ano 1898, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, por Muller, Feith e Fruin, onde se abre uma nova era para a disciplina, e que representa a afirmação e libertação da Arquivística, relativamente ao papel secundário para a qual tinha sido submetida até então.

No entanto, na prática, muito antes do nascimento oficial a Arquivística como disciplina, já existia como prática de sistematização e conservação de fundos documentais, desde que o Homem criou os primeiros Arquivos, como testemunhos escritos e como base do seu direito.

Desde a Antiga Roma, os documentos produzidos por diferentes dependências se conservavam em diferentes galerias do Tabularium e do Templo de

Saturno, mantendo independentes cada um destes fundos, onde em cada um destes documentos eram já ordenados cronologicamente, formando séries.

Portanto, esta prática tinha simplesmente uma denominação lógica, onde não se pensava num futuro interesse histórico dos documentos nem no estabelecimento de uma doutrina arquivística. Com o aparecimento das Chancelarias da Idade Média, e a conseqüente produção e conservação documental, surgem os cartulários¹⁸ onde se copiavam os documentos recebidos por uma instituição, e os registros.

Com essas realizações e o início insípido do acesso à documentação pela população, aumentou a preocupação com a preservação dos documentos nos arquivos por parte do Estado. Essas preocupações se estenderam por vários outros países: Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Espanha, etc.

Com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder da França, e com sua política expansionista, começa a armazenar todos os documentos obtidos de outras nações conquistadas por ele, em Paris, contrariando o princípio da proveniência em que Duchesne (1986, p.14) define que "consiste em manter agrupados, sem misturá - los a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica".

Napoleão já tinha um conhecimento sobre a importância dos documentos, para ele os documentos e as informações contidas neles valiam mais de mil gerais, porém o mesmo não tinha nenhum conhecimento de como guarda - los, organizá - los e conserva - los de acordo com sua proveniência.

A Arquivística vai evoluir no sentido de procurar facilitar as técnicas que garantam a organização e conservação dos depósitos que estão nos arquivos, surgindo para o efeito vários conjuntos de normas a se seguir. Com, o século XVII veremos uma pequena proliferação da Literatura Arquivística, aumentando a sua produção durante o século XVIII, período onde já se discutia os conceitos para a organização dos arquivos.

Paralelamente á emergência deste tipo de literatura os arquivos, começam a serem consultados por investigadores e eruditos, os arquivistas holandeses Samuel

¹⁸ **Cartulário** é a designação dada ao registro dos títulos ou antiguidade de uma corporação, convento ou igreja. Os cartulários, na sua generalidade com origem na Baixa Idade Média são importante repositório da historia das instituições e da toponímia já que em geral incluem plantas e mapas das propriedades e senhorios.

Muller, Johan Adrian Feith e R. Fruin criaram um manual conhecido como *Handleiding Voor Het Ordenen en Beschridven Van Archiventendo*¹⁹.

Tendo em vista a preparação das primeiras histórias científicas arquivísticas, que vem ao encontro da solução dos problemas de Napoleão Bonaparte, e essa literatura vai influenciar a Arquivística no século seguinte.

A função da Arquivística no século XIX vai ser o de procurar novas teorias, que facilitem o Arquivo a prestar um bom serviço à História. A mais importante destas, e que se converterá no princípio fundamental da Arquivística, como já se referiu, vai ser sem dúvida a teoria do princípio de proveniência.

Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística da Associação dos Arquivistas Brasileiros (2005), o princípio de proveniência é o,

Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos.(p. 136).

Sousa (2003) discute o papel dos princípios de proveniência e de manutenção da ordem original na classificação de arquivos de uso corrente:

Podemos [...] entender os princípios de respeito aos fundos e o da ordem original como princípios de divisão ou de classificação naturais, pois são atributos essenciais e permanentes ao conjunto (arquivo) a ser dividido. [...] a origem [do] conjunto de documentos é sua marca indelével, inseparável, é o que lhe dá inteligibilidade e identidade. (p. 251).

A descrição e elaboração de instrumentos de trabalho que permitam ao usuário encontrar facilmente a informação de que necessita para investigação, vai ser o cerne da Arquivística. Ao poucos irão surgir difusamente, Coleções Diplomáticas, Guias, Inventários, Catálogos e Índices, e muito menos literatura sobre Teoria Arquivística, como acontecia no século anterior.

Contudo, veremos surgir por toda a Europa a partir do século XVIII, Escolas de Formação Profissional de Ensinos por Oralidade, o que representa já a preocupação da Arquivística no campo de formação especializada dos arquivistas.

Já nos idos do século XIX, vamos assistir a um grande marco da evolução da Arquivística, aonde vai se consolidar o Modelo quanto à Origem e Organização dos

¹⁹ Traduzido para o português por Manuel Adolpho Wanderley, sob título **Manual de arranjo e descrição de arquivos**, editado pelo Arquivo Nacional, em uma primeira edição, em 1960.

Arquivos, o que vai contribuir para que seja criada uma Autoridade Arquivística Central, resumindo, um órgão que coordene a política relativa aos Arquivos a nível internacional.

Da mesma forma nos moldes internacionais vai haver uma tensão e irá se perceber a reviravolta pela Europa, América e URSS grandes alterações nos campos da Organização e da Política Arquivística. Toda esta tensão vai se intensificar a partir de 1898, com a edição do Manual dos Arquivistas Holandeses, que sistematizava a teoria de Natallis de Wally e fundamentaria as Bases da Arquivística Moderna.

É notório, que na transição do século XIX para o XX, visivelmente durante o início do segundo se dará a confirmação definitiva das ideias surgidas na Revolução Francesa quanto ao Modelo Arquivística.

Com o século XX, os Arquivos, irão recuperar a sua dimensão administrativa, que se irá acentuar nos anos 30, e se consolidará mais tarde, já nos anos 50, onde a Arquivística irá desenvolver um sistema para facilitar a Administração nos momentos mais difíceis, como por exemplo, a Segunda Guerra Mundial, outro grande acontecimento para a Arquivística.

Ainda nos anos cinquenta se tentam conciliar as dimensões tradicionais da Arquivística, História e a Administração. Surge então no âmbito da UNESCO, em Agosto de 1950 o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que vem para amparar a necessidade de coordenação a nível internacional, da Arquivística.

Com o CIA, vai-se assistir à intensificação da cooperação entre países, na Organização de Congressos, Mesas Redondas, assim como se aumentará a publicação de literatura especializada, como a revista *Archivium*, que nasce logo em 1951, vemos surgir também as Conferências Internacionais da *Table Ronde des Archives*.

Em 1956, o norte-americano Schellenberg publica o seu *Arquivos modernos – princípios e técnicas* no qual dedica toda a Parte II à Administração de arquivos correntes onde se encontram os capítulos: Controle da Produção de Documentos, Princípios de Classificação, Sistemas de Registro, Sistema Americano de Arquivamento e Destinação dos Documentos.

Com esta publicação abre-se a discussão sobre os arquivos correntes e a sua gestão. Embora Isso não signifique que, na prática, os arquivos correntes tenham passado a ser tratados com base nos preceitos da arquivologia.

Como prática as instituições arquivísticas continuavam a tratar apenas os documentos do arquivo permanente e com o objetivo primeiro de atender aos pesquisadores e historiadores em sentido acadêmico. Essa tradição promoveria o distanciamento da prática da gestão de documentos arquivísticos da teoria dos arquivos.

Em 1960 há uma acentuação na vertente técnica da Arquivística, sendo que o grande marco desta época acontece em 1964, ano em que é publicado o Elsevier's Lexicon of Archive Terminology. Na década seguinte, por sua vez assiste-se ao aprofundamento das questões teóricas da Arquivística, que irão contribuir para o seu desenvolvimento científico.

Reforça-se o papel dos profissionais de Arquivo, fazendo surgir às primeiras Associações de Arquivistas, como a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), em 1973. E já nos finais da década, é criado a Programa de Gestão dos Documentos (RAMP), que assegura a publicação de documentos que abarcam a maior parte dos aspectos da Arquivística.

Nos anos 70 despontam o aprofundamento de questões essenciais para a formulação de um corpo teórico capaz de suportar uma fundamentação da Arquivística. Já com os anos 80 se caminha para a afirmação da Arquivística com Ciência da Informação, e na procura dos seus fundamentos, que se irá acentuar nos anos 90.

A década de 90 entrou numa nova era, onde a grande preocupação se prendeu e ainda se prende, nos dias de hoje, com a importância da Informática como meio de gerir novos documentos.

Nesta nova era a Arquivística afirma-se definitivamente como uma Ciência da Informação e se clarificam o seu objeto e o seu método. Assim podemos afirmar que a Arquivística é hoje uma Ciência que procura uma identidade própria que lhe dê autonomia e respeito da História e da Administração.

Contudo a arquivística elabora normas e instrumentos de trabalho que permitem ao Arquivista organizar a documentação e dispô-la a serviço do usuário do Arquivo, assim como deve contribuir para a identificação e valorização arquivística, criar normas de reprodução em Arquivos, de instalação, conservação e restauração dos documentos a cargo dos mesmos.

As novas tecnologias contribuíram para que a Arquivística tivesse a gestão da informação adaptadas em novas técnicas de trabalho, sob alguns pontos de vista de alguns profissionais, mais ágeis.

Fazendo com que entrasse no campo das Ciências da Informação, criando princípios universais aplicáveis a todos os arquivos do mundo, através da normalização dos seus princípios orgânico-descritivos, de vocabulário internacional e homologação dos conteúdos da formação profissional dos Arquivistas.

3.1 Avaliações e Classificação

A avaliação de documentos é um procedimento extremamente necessário dentro um arquivo, pois é através do julgamento do valor dos documentos que decidiremos o que será arquivado e o que será eliminado.

Originalmente, avaliar documentos significa atribuir valores distintos aos documentos produzidos e/ou recebidos, de acordo com as possibilidades e necessidades neles contidas. Mas claro esse procedimento fica sob a responsabilidade da Comissão de Avaliação. Segundo BERNARDES,

As comissões de avaliação deverão ser compostas por profissionais com conhecimentos das funções, atividades e estrutura organizacional de seus respectivos órgãos, sendo recomendável que faça parte da comissão um técnico de nível superior da área específica de competência do órgão, um procurador ou assessor jurídico e um arquivista. (BERNARDES, 1998, pag. 17.)

Assim, a avaliação tem como resultado imediato à eliminação, a guarda temporária ou o recolhimento à guarda permanente. Percebemos que é através da técnica de avaliação de documentos que chegamos aos conceitos, de arquivo primário, secundário e permanente.

A importância desse procedimento é tamanha que, em 03 de janeiro de 2002, foi publicado o decreto presidencial nº 4.073, estabelecendo que o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) deveriam estabelecer formas de avaliação de documentos e tabela de temporalidade para os documentos produzidos no âmbito da administração pública federal.

Este mesmo decreto impõe a criação de uma comissão de avaliação de documentos em todos os órgãos e entidades da administração federal, entretanto,

na prática isso não ocorreu na maioria dos Arquivos do Brasil. Veja o artigo 18 do referido Decreto:

Art. 18. Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.

Em Cruz Alta no MFCA, nunca houve uma Avaliação feita por Comissão dentro do Arquivo, sequer um profissional da área Arquivística trabalhando no espaço em tempo integral. Dada a essas condições toda e qualquer avaliação sempre foram feitas pelos profissionais que lá atuaram, mas dado ao título de Museu Ferroviário com um vasto acervo documental, quase 92% do seu acervo total, toda e qualquer documentação era recolhida sem questionamento e inserida no acervo.

É relevante destacar a forma de aquisição do acervo documental da RFFSA. O mesmo, segundo informação de funcionários que passaram por ali, e que conheciam o valor da documentação ou se identificaram com a importância do material por ter ferroviários como familiares, informaram que o Acervo Documental dos Ferroviários estava para descartado na gare, quando do fechamento dos escritórios por volta de 1998, e antes que fosse dado o destino da reciclagem ou incinerados eles efetuaram o recolhimento dos mesmos colocando-os na atual sala onde ainda permanecem, mobiliário e outras documentações foram levadas.

A organização e o acesso às informações contidas nos documentos de arquivo não podem prescindir de um instrumento de gerenciamento do arquivamento dos registros documentais, pois a classificação das informações arquivísticas é uma atividade matricial, que fundamenta outras funções arquivísticas, tais como: avaliação e descrição.

Os trabalhos dessa Câmara foram concentrados na análise do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal: atividades- meio, elaboradas por técnicos do Arquivo Nacional e da então Secretaria de Administração Federal - SAF.

O resultado desse trabalho deu origem ao Código de Classificação de Documentos de Arquivo²⁰ para a Administração Pública: atividade-meio, divulgado

²⁰²⁰ Pode ser acessado neste link http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/cdigo_de_classificao.pdf

por meio da resolução n. 4, do Conselho Nacional de Arquivos, de 28 de março de 1996, e publicado no Diário Oficial no dia 29 de março de 1996.

A resolução definiu o Código de Classificação como:

um instrumento de trabalho utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades. A classificação por assuntos é utilizada com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos, uma vez que o trabalho arquivístico é realizado com base no conteúdo do documento, o qual reflete a atividade que o gerou e determina o uso da informação nele contida. A classificação define, portanto, a organização física dos documentos arquivados, constituindo-se em referencial básico para sua recuperação. (Arquivo Nacional, 2001, p. 9)

As funções, atividades, espécies e tipos documentais, segundo a Resolução, genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão, ou seja, os assuntos recebem códigos numéricos, os quais refletem a hierarquia funcional do órgão, definida por meio de classes, subclasses, grupos e subgrupos, partindo-se do geral para o particular.

A codificação utilizada tomou como modelo o código de classificação decimal, que se constitui num código numérico dividido em dez classes e estas, por sua vez, em dez subclasses e assim sucessivamente.

A Viação Férrea possuía o seu código de Classificação datado de 1939 (Ver Anexos 3 e 4), que era adotado na administração de gestão documental e posteriormente com a Estatização este modelo foi seguido por algum tempo, foi o que pode notar-se na organização documental ainda existente no Arquivo da RFFSA no MFCA.

Como mencionado este documento é da década de 30 e atualmente o embasamento arquivístico é outro, a classificação seria diferente. Este modelo de 1939 é ordinal sequencial, tornando a classificação extensa, e necessitando sempre de um manual para localizar os grupos, classes e subclasses documentais. Os documentos, segundo Schellenberg (1973, p.73) devem ser classificados em relação à função.

Resultam de uma função, são usados em relação a esta, e devem, portanto, ser classificados de acordo com ela. Para o arquivista norte-americano, a exceção a

essa regra deve ser feita para certos tipos de documentos, como os que não provêm da ação governamental positiva ou não estão a ela vinculados.

Toda a gama de conhecimento foi concebida como uma unidade dividida em dez grandes classes, ou grupos, e assim sucessivamente, subdivisível em outras tantas classes, num *luping* infinito, até se atingir o nível de detalhamento requerido ou satisfatório.

Até a década de 30 os sistemas de classificação eram restritamente bibliográficos e não estavam preparados para acompanhar um sistema de informações dinâmico, multidimensional.

Para Michel Duchein

o documento de arquivo - ao contrário de um objeto de coleção ou de um dossiê constituído por peças heterogêneas de proveniências diversas - não tem razão de ser, isoladamente. Sua existência só se justifica na medida em que pertença a um conjunto. Situa-se dentro de um processo funcional do qual se constitui, por si mesmo, num elemento, por menor que seja. O documento de arquivo jamais é concebido, de início, como um elemento isolado. Possui, sempre, caráter utilitário, o qual só será aparente se for conservado em seu lugar dentro do conjunto de documentos que o acompanham. (1982, p. 17).

Schellenberg (1973, p.73) nos alerta para o fato de que os documentos não são ultraclassificados. Ele diz que há uma tendência normal, ao se elaborar um esquema de classificação, a ceder às minúcias extremas, ao invés de se limitar à generalidade das funções/atividades.

Também por ser criado para tratar os documentos peça por peça, o código decimal permite subdivisões infinitas, pois todo nível de classificação pode ser subdividido em dez e, assim, sucessivamente.

No entanto, quanto mais se preserva o conjunto mais se tem a compreensão de uma determinada ação. O todo nesse caso é muito maior que a soma de suas partes. Para Duranti (1994, p.50),

esse inter-relacionamento é devido ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado 'com outros tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado e [...] seu significado depende dessas relações'. As relações entre os documentos, e entre eles e as transações das quais são resultantes, estabelecem o axioma de que um único documento não pode se constituir em testemunho suficiente do curso de fatos e atos passados: os documentos são interdependentes no que toca a seu significado e sua capacidade comprobatória. Em outras palavras, os documentos estão ligados entre si por um elo criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e são

necessários à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade. Na verdade, os registros documentais são um conjunto indivisível de relações intelectuais permanentes tanto quanto de documentos.

Com a falta de recursos que permeiam a realidade dos arquivos públicos brasileiros, a questão da avaliação pode ocupar espaço secundário nas preocupações dos profissionais. Como e por que estabelecer critérios de avaliação se nem há perspectiva de recolhimento por falta de espaço?

No entanto, a própria falta de espaço ou acúmulo de documentos sem tratamento técnico específico, pode ser decorrência do recolhimento indiscriminado de documentos que não passaram pelo crivo da avaliação.

O ideal é que o Procedimento de Avaliação seja realizado desde o arquivo corrente, para que quando os documentos sejam selecionados para guarda permanente (*valor secundário*²¹) sejam recolhidos, somente seja necessário realizar uma reavaliação que permita que as demais atividades transcorram de maneira eficaz.

3.2 Documentação e a Difusão da Informação

Nada melhor para população, do que o livre acesso à informação. Os Arquivos são fontes de cidadania, para tanto, é necessário um arquivo organizado e eficiente. Sobre isso, Soares (1975, p. 2) completa:

A nossa realidade é a" de um país onde, ou se eliminam papéis que devem ser preservados ou nada se elimina, pelo receio de se ocasionar prejuízos futuros, acarretando para as repartições o ônus de depósitos de arquivo sem significação maior e sem objetividade, volumosos de difícil acesso às informações e aos documentos.

Em busca de soluções para o problema, desenvolveu-se a gestão de documentos ou administração racional de documentos. E intrinsecamente relacionado com o princípio da administração racional e a teoria das três idades, encontra-se o procedimento da avaliação de documentos, atividade que segundo Bernardes (1998, p.14) trata-se de:

²¹ Grifo da autora

Trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediate e mediato) e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental.

A fim de garantir o acesso à informação contida nos documentos à instituição deve desenvolver instrumentos que possibilitem a disseminação²² dos bens culturais e de seus conteúdos informacionais.

Deve ser garantido o amplo acesso dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas desenvolvidas na instituição através dos diversos meios disponíveis, para que as atividades de preservação e de pesquisa não percam seu sentido.

Contrariando a denominação mais conhecida e aplicada de documento estruturado de forma textual e impresso, o escopo da tecnologia de GED é lidar com documentos em papel e seus equivalentes eletrônicos, porém enfatizando os eletrônicos e seu gerenciamento.

Em adição ao sistema binário, um documento eletrônico pode conter símbolos gráficos, fotografias e outras imagens, voz, clipes de vídeo e animação. Cada vez mais a História oral está deixando o caráter informal e assumindo importância no mundo arquivístico, museal e dos negócios.

Podemos realizar transações bancárias por telefone. Já as informações em forma de texto vão de cartas a contratos, planilhas, manuais, etc. Imagens é um tipo especial de informações que não podem ser representadas nas formas anteriores (mapas, fotografias, assinaturas, etc.).

Contudo, um relatório pode apresentar, na tela do computador, o texto contendo características, fotografias, diagramas, anotações de voz e até um vídeo clipe. Ou seja, para implementação de um sistema de gerenciamento de documentos eletrônicos é necessário aderir aos novos recursos já existentes nos tradicionais sistemas de processamento de dados.

Os documentos de baixa atividade ou aqueles que não requerem acesso simultâneo podem ser mantidos em papel por mais de 100 anos com pequena ou nenhuma manutenção. As microformas proporcionam um meio econômico de armazenamento para documentos que requerem guarda por mais de 10 anos (menos tempo se o espaço for limitado e caro). Os dados eletrônicos também podem ser armazenados por grandes períodos de tempo. Mas aqueles registrados em mídia magnética precisam ser regravados com frequência. É preciso notar que mudanças no sistema operacional ou software aplicativo representam despesas e trabalhos

²² DISSEMINAÇÃO: com o sentido de difusão, programação e popularização, envolve os meios utilizados para tornar público o bem cultural e seu conteúdo informacional, bem como o resultado das pesquisas realizadas nas instituições culturais.

significativos durante os ciclos de atualização e regravação. (STARBIRD et al., 1997:78-79).

Além da dificuldade em classificar e armazenar enormes massas documentais de forma sistemática, a fragilidade dos artefatos impõe um severo compromisso entre conservação e acesso.

No intuito de garantir sua preservação, itens valiosos são guardados em arquivos seguros ou mesmos restritos, disponíveis apenas para uns poucos pesquisadores. Isso, sem dúvida, é frustrante, pois quando os documentos são protegidos, mas não estão ao alcance do público, a tarefa de manter a memória viva não está sendo cumprida adequadamente.

Contudo, de outro lado, a manipulação direta e constante dos originais provoca, inevitavelmente, sua degradação, levando os mesmos a extinção. Nesse sentido, surge à tecnologia digital como uma possibilidade de romper esse compromisso, permitindo assim, dar amplo acesso a cópias digitais de alta qualidade de determinados documentos, resguardando ao mesmo tempo os originais da manipulação desnecessária.

De mesma forma, sistemas computadorizados têm um potencial enorme de facilitar a tarefa de organização e descrição dos acervos. Através de ferramentas bem elaboradas de gestão documental e fluxo de trabalho, é possível multiplicar a capacidade de trabalho de historiadores, arquivistas e técnicos de conservação e outros de áreas afins da gestão informacional.

Sistemas elaborados e conectados permitem a esses profissionais automatizar e gerir de forma racional suas complexas atividades. Por parte dos usuários, utilizar-se da tecnologia digital permite de todo, um sistema de busca muito mais rápido e sofisticado do que os instrumentos de pesquisa em papel, como inventários e índices, não que estes não se façam presentes também via online.

A rede de computadores mundial, *World Wide Web (www)*, adicionou a possibilidade da consulta remota, expandindo o universo de pesquisadores com acesso ao acervo, provocando uma explosão informacional no universo global online, a cautela se faz necessária na administração desses conteúdos e análises da metodologia.

O contraponto do auxílio tecnológico à área arquivística é que como qualquer sistema que sofra mutações constantes é necessário cautela. A tecnologia atual não oferece soluções simples para o problema da preservação documental. A

informação digital está sujeita à adulteração, vandalismo, e perdas acidentais do que sua contraparte analógica; e seus suportes são frágeis e perecíveis também.

Outra questão de relevância se deve ao fato dos dados do computador depender, para serem visualizados, de complexos sistemas integrados de *hardware* e *software*, a veloz obsolescência dos componentes torna-se uma ameaça constante de perda de acesso aos acervos.

Levando em conta a questão da conservação, os dados digitais oferecem preocupações e ações muito mais severas do que os convencionais. De fato, a maioria dos arquivistas ainda prefere, sempre que viável, associar técnicas analógicas e digitais, garantindo assim, ao mesmo tempo a segurança de preservação das primeiras, e a facilidade de manipulação e acesso das segundas, nos chamados sistemas híbridos de preservação.

Hoje devemos preconizar a preservação dos dados digitais como uma necessidade, e não um apenas uma opção, uma vez que um volume cada vez maior de documentos é criado em computadores. Muitos desses documentos, como programas aplicativos, documentos em hipermídia, é impossível encontrar uma representação analógica a contento, eles precisam ser preservados em seus formatos originais.

Alguns definem multimídia como suporte de vídeo digital e interatividade; já outros incluem imagens, áudio, gráficos 2 D/3D e mesmo texto. O inegável é que a multimídia está melhorando a interação entre os usuários dos computadores. Ela oferece ao usuário uma expressiva e útil representação de exibição e interação com o suporte informativo e o seu núcleo.

Como no caso do MFCA, a consulta executada é a dos sistemas de gerenciamento de bancos de dados (SGBDs) *tradicionais*. O conjunto de metadados (dado acerca do dado) em conjuntos específicos é que geralmente são consultados, pois eles adicionam valor ao documento e fornecem informações importantes acerca do seu conteúdo, formato e história administrativa.

Nesta etapa é possível administrar e gerenciar o vocabulário para cada documento, controlando a abordagem, o que requer discernimento, pois este trabalho é de inteira responsabilidade e livre interpretação humana, é o homem sempre foi ele, que controlou os sistemas.

O *website* de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não

simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p.4).

O MMAH não possui um site, o único endereço eletrônico que possui, compartilha com o Museu Erico Verissimo e é de um *Blog*²³, um domínio gratuito da internet, que compartilha informações como se fosse um *diário virtual*. Nesse espaço foi disponibilizado o acesso ao inventário resumido, a título de índice do Acervo Documental dos Ferroviários da RFFSA, que se encontram na sede do MFCA em Cruz Alta.

Como este acervo recebeu apenas um tratamento básico no tocante a organização do acervo, o código de localização na estante, está anexa ao inventário na sede do arquivo em Cruz Alta para localização na estante, mas os documentos não foram organizados além desse passo, para este estudo de caso.

A inserção na web foi de suma importância para alcançar usuários que não chegariam até o Arquivo por outros meios, e desta forma um percentual pequeno até já acenou positivamente em querer frequentar o espaço fisicamente.

Além de alcançar mais usuários, a web facilitou a acessibilidade à documentação tão questionada e amparada legalmente, mas ainda com práticas esparsas. Através do endereço eletrônico especificamos que a pesquisa é presencial, porém se a pessoa manifestar que é de outra cidade ou estado e for familiar consanguíneo do ferroviário encaminhamos a documentação, mediante comprovação. Ainda há familiares e ferroviários aposentados entrando na justiça em busca de seus direitos trabalhistas ou de pensão por exílio.

O processo seguinte seria a digitalização, mas devido a falta de recursos concedido pela mantenedora do MFCA este processo não realizou-se. Mas não basta apenas digitalizar os documentos, esta atitude não resolve a situação. É preciso estabelecer os usos dos documentos digitais e aspectos, como a longevidade das cópias digitais, estes aspectos precisam ser considerados. Por isso, políticas de preservação digital devem ser seguidas para que todo o trabalho de digitalização não seja perdido com a tendência evolucionista tecnológica.

²³ www.museuscruzalta.blogspot.com

Já existem vários sistemas de gestão de documentos multimídia disponíveis. Embora a grande maioria desses sistemas seja voltada para documentos em fase corrente, alguns já se propõem (ou ao menos se prestam) ao tratamento de documentos permanentes, notadamente às aplicações de bibliotecas digitais.

Os usos futuros do acervo digital criado também podem oferecer uma oportunidade de simular as condições de degradação do acervo, tempo, condições e o que pode ser feito para prolongar sua existência, determinar como era o documento em seu estado original.

Com os *softwares* adequados e um bom sistema de *hardwares*, é possível, planejar uma possível intervenção física no acervo, com a segurança de ter o gerenciamento analisado virtualmente, não se correndo os riscos reais de perda de documentos além do necessário.

3.3 Os Arquivos no Universo Digital

Sabemos que a informática é feita por todo um sistema binário e qualquer informação digital, mas como os criamos é necessário pensar em ir armazenando os *hardwares*, de cada geração para ler tais informações, pois de nada vale criar sistemas inteligentes de armazenar informação e no futuro não poder acessá-las.

Mas como falar em arquivística na web sem tratar a questão do princípio da proveniência. Este é o cerne da arquivística moderna, e estabelece que parte da integridade de um documento reside em conhecer sua origem. Para preservar a integridade da informação digital, deve ser possível registrar a sua origem e a sua cadeia de custódia.

A maior preocupação em relação aos dados digitais se dá pela fragilidade de seus suportes, devido muito mais pelo desgaste da tecnologia que permite manipulá-los, um dos temores de quem trabalha com arquivos permanentes.

Um exemplo que podemos tranquilamente são alguns programas incompatíveis com os sistemas operacionais que vão evoluindo, e nessa espiral há os programas e aplicativos que usamos para utilizar a web que desde a década de 80 vem sendo alterados por sua *obsolescência*.²⁴

²⁴ Grifo da Autora

As políticas das instituições e da indústria de informática, bem como certos comportamentos dos usuários também não facilitam a tarefa da manutenção digital. Uma tarefa de suma importância na manutenção da infraestrutura dos sistemas que darão acesso à informação é a manutenção dos mesmos.

Documentos de uso permanente em base digitais, não precisam apenas conservar os dados digitais, necessita-se aqui compreender o sistema mais abrangente e preservar o software necessário para visualizá-lo, e o hardware necessário para executar o software. Ao menos é preciso reter o conhecimento acerca da codificação do arquivo, para que se possa interpretar seu conteúdo.

No universo virtual há uma prática que está se tornando muito comum, as informações estão cada vez mais inter-relacionadas, através de recurso como a incorporação e hiperligação. Páginas da *internet*, por exemplo, mesmo que visualizadas em separado, são compostas por diversas interfaces, que às vezes estão virtualmente muito distantes entre si.

Está se tornando progressivamente mais difícil delimitar os itens de informação e mesmo identificar seus contextos. Nos arquivos físicos das instituições há uma preocupação de preservar e manter vários tipos de material analógico.

Por isso, a maior parte do material produzido digitalmente não é atribuída aos responsáveis por sua custódia e preocupa os profissionais conscientes, em relação à posteridade e disponibilidade para as futuras gerações.

Como os arquivos analógicos, os documentos digitais não sobreviveram sem uma estratégia de proteção aos seus mecanismos de armazenamento e visualização. Presenciamos um século informacional, e ainda mais veloz é a produção massiva de *hardwares*, móveis e fixos que propiciam acesso a essa informação.

Porém esses mesmos sistemas tecnológicos estão sujeitos a se tornarem indisponíveis devido à rápida obsolescência. As instituições arquivísticas que queiram manter sua presença na *web* devem optar por fortalecer seus laços com a equipe responsável pelo gerenciamento eletrônico.

Qualificando-os e estabelecendo uma rotina de trabalhos educativos, para garantir a manutenção e atualização dos acervos e serviços institucionais disponibilizados nos websites de instituições arquivísticas, bem como investimentos significativos em infraestrutura tecnológica (OHIRA et al., 2005).

A realidade das instituições também será alterada, elas serão obrigadas a adequar-se a nova realidade, alterar sua missão e se adequar aos tempos da cultura participativa, cada vez mais disseminada na web. Para Jenkins (2009), o passo seguinte na evolução é de uma cultura de interação para a cultura participativa:

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considera-los como participantes interagindo de acordo com um conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo (JENKINS, 2009, p. 28).

Na sociedade atual os indivíduos não se contentam mais em “consumir” um produto apenas, mas querem dispor da oportunidade de poder modificá-lo, criar a partir dele, reinventá-lo, fazer parte.

Pierre Lévy concorda com Jenkins ao afirmar que “a espinha do ciberespaço não é o consumo de informações ou de serviços interativos, mas a participação em um processo social de inteligência coletiva” (1999, p.17).

A internet propiciou alguns avanços às instituições arquivísticas. No quadro a seguir temos as principais características de “Antes da web”, “Arquivos 1.0”, e “Arquivos 2.0”.

Antes da web	Arquivos 1.0	Arquivos 2.0
Paradigma do acervo	Paradigma de acesso	Paradigma de participação
Audiência de massa	Audiência de massa	Nichos (seguidores, amigos, fãs, contatos, membros dos grupos, dentre outros).
Endereço físico para correspondência	Endereço físico para correspondência; correio eletrônico (<i>webmail</i>); listas de correio eletrônico; perguntas frequentes (FAQs).	Endereço físico localizado via <i>Google Maps, Google Earth</i>
Fotografias impressas	Galeria de fotos, exposição virtual.	<i>Flickr</i>
Reprodução de vídeos por meio de aparelho de videocassete	Seção de vídeos	<i>YouTube</i>
Informes do arquivo no quadro de avisos	Cadastro para mala direta (<i>newsletter</i>); Novidades no <i>site</i> .	<i>RSS, Blog, Twitter</i>
Livro de visita	Fale Conosco	<i>Facebook, MySpace</i>
Visita ao arquivo físico: agendamento presencial ou por telefone para visita guiada acompanhada por arquivista	Visita ao arquivo físico: agendamento presencial, por telefone ou <i>e-mail</i> para visita guiada acompanhada por arquivista	Visita ao arquivo físico: agendamento presencial, por telefone, <i>e-mail</i> ou via ferramentas da <i>web 2.0</i> para visita guiada acompanhada por arquivista Arquivo físico recriado no ambiente virtual do <i>Second Life</i> : autonomia na visita e

		arquivista como facilitador
Serviço de referência presencial: viagem do pesquisador ao arquivo para rever o material (ou pagar um pesquisador local para fazer isso); pagamento da fotocópia para identificar se o material encontrado era relevante (ou pagar a postagem desse material).	Serviço de referência presencial ou via correio eletrônico ou páginas de questões mais frequentes (FAQ's) Consulta <i>online</i> para verificar a pertinência do material encontrado	Serviço de referência presencial e virtual via bate-papo (<i>chat</i>) em tempo real Consulta debate e troca <i>online</i> de material pertinente
	Tutorial baseado em texto: Estático, sem alteração.	Colaboração, participação ativa do usuário na criação de conteúdo. Mídia interativa: experiência multimídia (áudio e vídeo)
Disponibilização da informação: Arquivo Usuário	Disponibilização da informação: Arquivo Usuário	Interação, redes participativas: Arquivo Usuário
Foco em produtos "perfeitos"	Foco em produtos "perfeitos"	Foco em produtos interativos
"Os usuários nos encontram"	"Os usuários nos encontram"	"Procurando caminhos para atrair novos usuários"

Quadro: Evolução dos Serviços e Produtos Arquivísticos.
Adaptado a partir de Theimer (2010), p.1-7.

Há de se notar neste cenário de integração entre a web e os arquivos que os usuários e a instituição arquivística estão apoiados sobre um processo de transferência da informação na *web*, visando uma maior qualidade nos processos informacionais nos arquivos.

Como mencionado, o Acervo dos Ferroviários foi relacionado no *Blog* dos Museus municipais de Cruz Alta, acerca do *blog* podemos especificar que eles permitem que haja um ou mais autores postando conteúdos passíveis de comentários de terceiros.

Eles foram criados com o intuito de serem diários online, mas hoje representam um canal de comunicação de notícias e de novos serviços do arquivo para seu usuário, quando usados para esse fim.

Daines III e Nimer (2009) afirmam que os *blogs* normalmente utilizam as atualizações de notícias, como um formato de intercâmbio, disseminando conteúdo para os leitores, e citam o exemplo do *blog* institucional do Deseronto Archives, localizado no Deseronto Public Library (Ontario, Canadá). Essa ferramenta inclui notícias e informações sobre o repositório e as suas coleções, incluindo extratos e destaques; também inclui um *feed* (rss) para as últimas postagens.

Há uma ilusão de que o usuário detém sua custódia completa dos documentos no meio digital, e de que os recursos disponíveis para sua manipulação são, em si, flexíveis e de alta acessibilidade. Mas sendo mais analítico, podemos

perceber que os dados digitais são fortemente dependentes de todo um contexto tecnológico/social para que se obtenha o mínimo grau de intelegibilidade.

Quando se utilizar a digitalização como forma principal ou colateral de preservação de acervos, é devido seguir as recomendações do CONARQ para tanto há um manual. Em nosso país, devido ao relativo tempo de existência em uso da tecnologia de documentos eletrônicos, não existem leis que regem todos os tipos existentes. Existem, contudo, leis e decretos para várias áreas que fazem uso de microfilmes²⁵ e documentos digitais.

O Governo Brasileiro, através da Casa Civil, abriu uma consulta pública, para que a população enviasse sugestões de um projeto de lei que disporia sobre a autenticidade e o valor jurídico de documentos produzidos, emitidos ou recebidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, por meio eletrônico.

Esta lei, se aprovada, entra em vigor permitindo o trânsito de documentos digitais nos órgãos públicos. Este projeto de lei pode ser visto como um reconhecimento governamental das mudanças nos parâmetros documental brasileiro referente aos documentos eletrônicos.

Em se tratando de documentação permanente o ideal é digitalizar e guardar o original. Dessa forma estaremos utilizando documentos importantes no nosso fluxo de documentos, mas também estaremos preservando o original em local seguro, e que ofereça um custo mais baixo do que os espaços da organização.

A microfilmagem com certeza também é uma opção desejável, uma vez que como já fora abordado, há leis que amparam os documentos em microfilme e que não amparam documentos digitais. Sendo assim, ao digitalizar, podemos conservar uma cópia do documento para uso posterior, se necessário.

Economizando uma boa quantidade de espaço no armazenamento, já que os microfilmes são menos volumosos o papel em muitos casos, mesmo seguindo a legislação que obriga a confecção em duas cópias, uma para consulta e uma como cópia de segurança.

“Documentos Oficiais são todos aqueles”, de qualquer espécie e em qualquer suporte, produzida e recebida pelos Órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive os da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Documentos Particulares são todos os documentos emitidos por Pessoas Naturais e Jurídicas de Direito Privado. (STRINGHER, 2000:6)

²⁵ A cerca dos documentos microfilmados há a Lei 5.433 de 08 de maio de 1968, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5433.htm

O impacto da tecnologia modificou o conceito de documento, nesse novo conceito o documento tem em seu escopo o significado expandido com o surgimento do GED. Documentos textuais tornam-se apenas um dos vários tipos de documentos.

Após o processo de reprodução, as imagens devem ser inspecionadas, compactadas e indexadas para seu armazenamento. Os sistemas mais utilizados na disponibilização de acervos arquivísticos via web são os bancos de dados com a matriz disponibilizando o inventário.

No caso do Acervo da RFFSA o inventário foi baseado em *softwares* de cadastros de peças museais, utilizado experimentalmente no MFCA, mas não comportado pelo sistema obsoleto presente no local. No caso do acervo poderiam ser exploradas as mídias digitais, como o uso de uma biblioteca virtual, consulta virtual aos catálogos dos acervos, visitas virtuais, pedidos de pesquisa via formulário online, acesso aos canais de relacionamento do MFCA, abrangendo um público que não é frequentador do espaço físico, e reforçar os laços com os pesquisadores/usuários/visitantes sazonais e ainda divulgar o acervo e o espaço.

CONCLUSÃO

Presenciamos nas últimas décadas algo impactante em relação às tecnologias da informação voltadas para várias áreas do conhecimento. Tudo ocorre rapidamente em se tratando do mundo virtual e seus acessos.

Mas e os acervos que ainda não inseridos no universo *ponto com*²⁶? Lidamos com realidades dispares diante do impacto da tecnologia sobre as pessoas das mais diversas classes sociais e as diversas instituições espalhadas pelo país.

A digitalização e a multimídia de imagens e som já são uma realidade com a imensa gama de informação e as inúmeras áreas da tecnologia da informação que estão abarcando as plataformas, os dados e os próprios ambientes multimídia.

Os Arquivos devem atuar segundo a legislação vigente, mas, muitos não são cadastrados oficialmente e, portanto não são notados em esfera Estadual e Nacional, e sua valorização em seu município é quase nula, excetuando-se claro pelos usuários que dele necessitam.

Dentro dos objetivos deste estudo o reconhecimento do local e seu acervo foi desvelador para uma série de questões já debatidas pela sociedade acerca do desleixo do setor público para com seus arquivos. No caso do MFCA que envolve um acervo constantemente procurado e pesquisado não só por usuários que desconhecem meios de exigir um melhor atendimento por parte da administração pública, como constatado no local, pois, a maioria dos pesquisadores possuíam formação superior e grande parte deles eram da área arquivística, as condições de acesso e do acervo saltam aos olhos.

Foi obtido um resultado possível de ser realizado diante das condições do local, atenção dada pela mantenedora do espaço e falta de recursos humanos inclusive. Realizada a higienização, para posterior inventário, com o intuito de organização e catalogação, houve alguns percalços, a higienização foi realizada, porém não houve material e nem recursos para organizar o acervo em mobiliário adequado, uma vez que, as que abrigam o acervo são de madeira, nem caixas arquivo para acondicionar o acervo e invólucros para as fichas.

²⁶ Grifo da Autora

O inventário foi realizado as etapas posteriores não, e durante todo o processo o que mais chamava a atenção era o desinteresse da administração pelo local. Em contrapartida o surgimento de novos usuários com a inserção do inventário na *web* através do *blog* foi um ponto favorável ao aumento do número de consulentes do Arquivo. A cerca dos meios virtuais mais acessíveis que poderiam ter sido explorados também, além do *blog*, mas houve barreiras na questão burocrática de tratar com o setor público, que não destina recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Arquivo.

Pois qualquer notícia oficial deve ser publicada pelo Setor de Imprensa do Município, mesmo sendo uma comunicação virtual, o *blog* só se tornou um canal disponível por se tratar de um espaço conjunto com o Museu Erico Verissimo e este possuir internet independente, um *web site* ofereceria maiores recursos. A etapa da digitalização nem chegou a ser processada devido à falta de recursos.

São pontos frágeis, que foram abordados no decorrer deste texto com ênfase no Acervo Documental Ferroviário da Extinta RFFSA. Todo trabalho que não pode ser realizado, foi considerado como sugestão para este acervo em especial.

A divulgação do espaço em âmbito municipal não ocorre, o que acarreta em desconhecimento da população da existência de um Museu Ferroviário no Município, os usuários que chegam até o espaço, descobrem por outros usuários ou mais recentemente pelo *blog*, ou ainda por perguntarem em vários setores do município, mas mesmo assim muitos desconhecem a localização física do espaço. Um trabalho de marketing auxiliará na aproximação de usuários para o Museu.

A identificação de metas, diretrizes e orientações de ações, de políticas de preservação que envolva o uso de tecnologias e padrões testados e adaptados em projetos de acervos permanentes e digitais, é uma forma efetiva de garantir o armazenamento e a perenidade das informações e do conhecimento por longos períodos de tempo.

REFERÊNCIAS

(BRASIL) Arquivo Nacional **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; Publicações Técnicas; nº 51.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Universidade e arquivos: perfil, história e convergência**. Transinformação, Campinas, v. 1, n. 3, p.15-28, set./dez. 1989.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo** – São Paulo : Arquivo do Estado, 1998

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BRANDÃO, C.R. (Org.). **As faces da memória**. Campinas: Centro de Memória UNICAMP, 1994.

CASSARES, N. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. (Projeto Como Fazer, 5)

CONARQ - Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes - abril- 2010

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-69, jan./jun. 1994.

FUNDACIÓN Histórica Tavera. **Los archivos de América Latina**. 1999. Disponível em: <http://www.tavera.com/tavera/informe/brasil/braint.htm>. Acesso em 1 de nov. 2012.

HABERMAS, Jürgen. 1983. **“Para reconstrução do materialismo histórico.”** São Paulo: Brasiliense.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoria y practica**. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1987.

LÉFÈBVRE, H. **La présence et l'absence: contribution à la théorie des représentations**. Paris: Casterman, 1980.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996. 142 p.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. 1991. “**O patrimônio cultural entre o público e o privado.**” In: DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo. (ed.) “**O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**”, pp. 189 – 194. São Paulo: DPH/SMC da Prefeitura de São Paulo.

OGDEN, S. **Administração de emergências**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

OGDEN, S.; PRICE, L.; PREUSSER, N. **Emergências com pragas em arquivo e bibliotecas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

PAES, Marilena Leite. **Os arquivos e os desafios em mudança**. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, rio de Janeiro, v. 7, n. 1-2, p. 65-74, jan./dez 1994.

PEREZ, Carlos Blaya. **Difusão dos arquivos fotográficos**. In. Peres, Rosanara Urbaneto. Org. Caderno de Arquivologia: 2. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Arquivologia. Santa Maria, 2005.

BECK, I. Manual de conservação de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Acessado em 30 de setembro de 2012.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430610#>

SOUZA DIAS, José Roberto. **A Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana e a formação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul - Uma contribuição ao estudo dos transportes no Brasil Meridional**. Tese de Doutorado. Depto. de História da FFLCH-USP, São Paulo, 1986.

TRINKLEY, M. **Considerações sobre preservação na construção e reforma de bibliotecas: planejamento para preservação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

Wilde, Oscar, 1854 – 1900. **O retrato de Dorian Gray** / Wilde, Oscar 1854 – 1900. São Paulo: Hedra, 252p.

ZORZO, Francisco Antonio. **Ferrovias e Rede Urbana na Bahia: Doze cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870/1930)**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

**Coordenação-Geral de Acesso e Difusão
Documental**

Coordenação de Atendimento a Distância

Praça da República, 173 – Prédio A – Nível 0 -
Térreo – Sala 11

20211-350 Rio de Janeiro- RJ - Brasil

Tel. (21) 2179-1257, fax (21) 2179-1302

consultas@arquivonacional.gov.br

<http://www.arquivonacional.gov.br>

E-mail AN/COACE/COADI nº 2034/2012 (CS)

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2012.

A Senhora

Juliana Abreu Pereira

Assunto: 422-Consulta.

Senhora,

Em atendimento à sua solicitação, informo que no acervo referente à Rede Ferroviária Federal S.A. depositado neste Arquivo não se encontram fichas funcionais de antigos funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil (Rio Grande do Sul).

Para obter maiores informações sobre estes documentos, sugiro a Vossa Senhoria entrar em contato com a Inventariança da RFFSA, no endereço abaixo:

Inventariança da Extinta Rede Ferroviária Federal S/A

Praça Procópio Ferreira, 86

Rio de Janeiro/RJ

Cep: 20221-901

Tel: (21)2516-1890 ou 2291-2185 ramal 2514

Site: <http://www.rffsa.gov.br/>

Atenciosamente,

Antonio Carlos Gonçalves Valerio
coordenador

Cláudia da Silva
técnico responsável pela informação

ANEXO 2

DECRETO Nº. 0367/00.

De 10 de novembro de 2000.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO MUSEU FERROVIÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. LUIZ PEDRO BONETTI, Prefeito Municipal de Cruz Alta-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica criado o **Museu Ferroviário do Município de Cruz Alta**, órgão anexo à Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, o qual funcionará no prédio da antiga Viação Férrea - Centro Municipal de Convergência de Educação, Cultura e Turismo de Cruz Alta (CMCECT).

Art. 2º.- São atribuições do Museu Ferroviário do Município, armazenar, cuidar todo o material existente no Museu, visando uma melhor conservação do mesmo, bem como, receber doações da comunidade ferroviária e comunidade em geral que possam enriquecer o acervo.

Art. 3º.- O Museu Ferroviário do Município poderá celebrar convênios para a conservação e restauração do acervo, bem como para a divulgação de pesquisas com entidades públicas e privadas, capazes de fornecerem apoio técnico ao desenvolvimento das atividades inerentes ao Museu.

Art. 4º.- As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º.- O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º.- REVOGAM-SE as disposições em contrário.

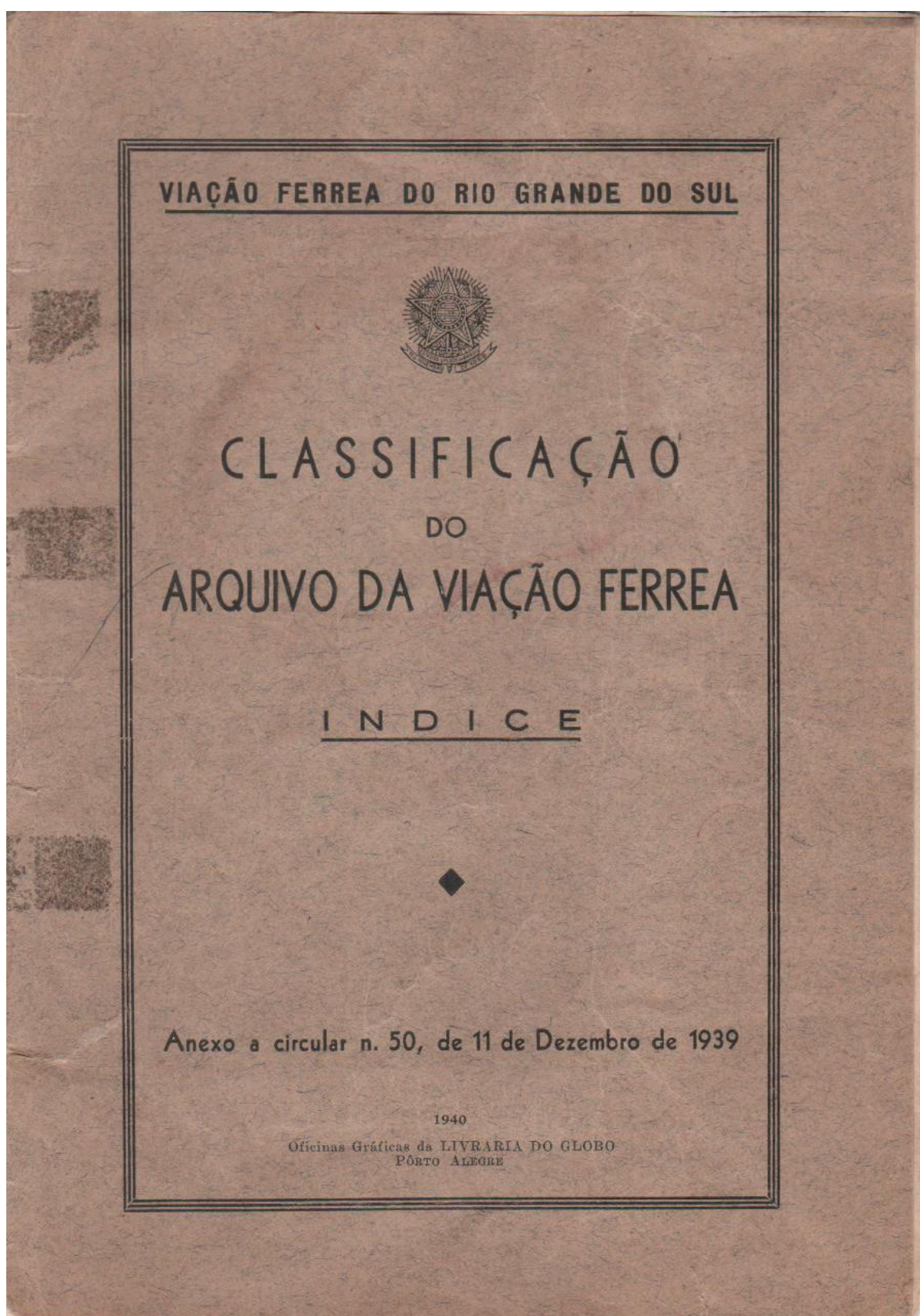
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZ ALTA-RS, em 10 de novembro de 2000.

LUIZ PEDRO BONETTI
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e publique-se.

TABAJARA ROSA DE MIRANDA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO 3



Código de Classificação do Arquivo da Viação Férrea – 1930

ANEXO 4

ASSUNTOS		Sub- títulos
1	ACIDENTES PESSOAIS ...	1 Empregados 2 Passageiros 3 Passageiros que falecem em viagem 4 Viandantes
2	ACIDENTES MATERIAIS..	1 Colisões 2 Descarrilamentos 3 Instruções sobre acidentes
3	ANIMAIS APANHADOS NA LINHA	
4	ATENTADOS CONTRA TRENS E OUTROS VEÍCULOS	
5	ATENTADOS A MORAL ...	
6	ANÚNCIOS	
7	ALMOXARIFADO	
8	ASSUNTOS NÃO CLASSIFICADOS	
9	BALANÇAS	1 Pesagem de trens e vagões 2 Pesagem de mercadorias 3 Funcionamento e conservação 4 Aquisições
10	BALANÇOS	1 Tesouraria 2 Contabilidade 3 Almojarifado 4 Estações
11	BRETES E EMBARCADOUROS	
12	CARREGAMENTOS AO LONGO DA LINHA	
13	CARROS	1 Administração e reservas 2 Dormitórios 3 Restaurantes